

GT05 – Economia social e solidária nas suas intersecções

Coordenador(a): Prof^a Dra. Bianca Lima Costa (UFV); Prof. Dr. Maurício Sardá (UFRPE); Prof. Dr. Marcio Gomes (UFV)

Ementa: Economia social e solidária: conceitos e experiências. Economia social e solidária: uma alternativa para a população de baixa renda pouco escolarizada? Economia social e solidária e crise do trabalho. Economia social e solidária como política de trabalho e renda. A emergência da Economia social e solidária numa perspectiva histórica. A construção do campo político da Economia social e solidária. Economia social e solidária e empreendedorismo popular. Economia social e solidária e democracia participativa: alcances e limites. Economia social e solidária e desigualdades de gênero. Políticas Públicas e legislação: sentidos e perspectivas de ações públicas inspiradas nessa temática. Problemas e potencialidades dos empreendimentos econômicos solidários, cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas sociais, organizações mutuais, empresas autogestionárias e etc. As cooperativas de trabalho após a Lei 12690/2012. Divergências e convergências entre Cooperativismo Tradicional e Economia Solidária. Direito do Trabalho e Cooperativismo. Terceirização e Cooperativismo. Economia social e solidária e suas intersecções: economia popular, economia do trabalho, economia plural, empreendedorismo popular.

Apresentação Oral

Carlos Ferreira Wanderley; João Batista de Deus; Adriano Rodrigues de Oliveira
A política neodesenvolvimentista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar solidária: uma crítica empírica

Ivan Livindo de Senna Corrêa; Maria Clara Bueno Fischer
A economia popular entrelaçada com a economia capitalista: o caso dos metalúrgicos organizados em pequenas unidades de produção da Serra Gaúcha

Maria Luisa Carvalho; Marilene Beatriz Zazula; Helena Cantão de Sylvio
Projeto Cooperarua: desafios e possibilidades de uma experiência em economia solidária com a população em situação de rua

Patricio Lourenço da Silva; Wiliane Viriato Rolim; Tatiana Losano de Abreu
Integrasol - mapeamento e integração de empreendimentos da economia solidária no Brejo paraibano

Apresentação em Pôster

Lucas Tavares Pereira Pêgas; Ângela Vitória Andrade Gonçalves da Silva
Reciclagem, políticas públicas, empreendimentos autogestionários e trabalho infantil

Otávio Lopes de Souza; Lauriane Carvalho Rocha
Gênero, associativismo e reciclagem: análises sobre o protagonismo feminino em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem

A POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA: UMA CRÍTICA EMPÍRICA

WANDERLEY, Carlos Ferreira¹ - wanderleymadf@gmail.com

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia

Endereço: QI 31, Lotes 2/4, bloco 4, apto. 904 – Cond. Jardins Life – Guará II

CEP: 71.065-310 - Brasília (DF) - Brasil

DEUS, João Batista de² - deus@ufg.br

Endereço: Rua dos Eucaliptos, Qd. 23, Lote 14, Setor Goiânia II, CEP: 74.663-270

Goiânia (GO) - Brasil

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de³ - adriano.ufg@gmail.com

Endereço: Av. Pedro Paulo de Souza, 1235 – Setor Goiânia II,

CEP: 74.663-520 – Goiânia (GO) – Brasil

***Resumo:** O desenvolvimento desta pesquisa, tem no materialismo dialético sua base teórico-metodológica, centrado predominantemente numa perspectiva histórico-geográfico-socioeconômico-avaliativo-analítico. Seu objetivo é realizar uma avaliação crítico-empírica da política do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dirigida à agricultura familiar solidária, pelo Estado “neodesenvolvimentista”, levando em conta aspectos como, execução, impacto, e instrumentalização pelo meio técnico-científico-informacional (MTCI) dentro e fora de seus empreendimentos. Resultados apontam que, apesar dos esforços do “neodesenvolvimentismo” em modelar uma política diferenciada para a agricultura familiar - via PAA - na hora de executá-la, não consegue se desvencilhar de velhas práticas e*

¹Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Brasília (IFB).

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG)

instrumentos e assim, corrobora na (re)produção das diferenças regionais, sobretudo, em função do MTCI dentro e fora de seus empreendimentos.

Palavras-chave: *Agricultura Família. Estado neodesenvolvimentista. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e diferenças regionais.*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo é realizar uma avaliação crítico-empírica⁴ da política do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dirigida à agricultura familiar solidária⁵ pelo Estado *neodesenvolvimentista*⁶, levando em conta os elementos execução, impacto e instrumentalização pelo meio *técnico-científico-informacional* (MTCI)⁷ dentro e fora de seus empreendimentos⁸. Para isso, penetramos nos cenários políticos e socioeconômicos do Brasil

⁴ Foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais, entrevistas e observações. Em Brasília: ministérios-chave e entidades representativas de trabalhadores em âmbito nacional. Nos estados selecionados: superintendências regionais desses ministérios; secretarias estaduais e municipais e entidades representativas de trabalhadores na agricultura familiar, e principalmente, associações e cooperativas escolhidas para a análise detida.

⁵ A economia solidária na agricultura familiar na qual estamos nos debruçando é aquela organizada em cooperativas e associações, excluindo, portanto, a agricultura familiar intra-familiar/individual.

⁶ Em Lula da Silva, paulatinamente implementadas com maior ou menor intensidade - as ideias de um neodesenvolvimentismo ganham força e conferem a ele uma popularidade a qual poucos governantes alcançaram até então. Desse modo, eis que a academia ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT) é estimulada a cunhar esta fase da economia política brasileira como *neodesenvolvimentista* (ou *novo-desenvolvimentista*; *novo-nacional-desenvolvimentista*; *social-desenvolvimentista* e até de *pós-neoliberalismo*), numa alusão atualizada do que fora anteriormente conhecida como a “fase desenvolvimentista”, ou a “fase dos trinta anos gloriosos” do Pós Segunda Grande Guerra. De todas elas, acreditamos ter havido a do *Desenvolvimentismo Social*, especialmente no período de Lula da Silva, como foi defendido por Bresser Pereira (2016).

⁷ Santos (2014, p. 238) chama o *meio técnico-científico-informacional* de “manifestações geográficas decorrentes dos novos processos”. Para ele, há um tempo da técnica. Para uns, avançada, para outro, nem tanto, mesmo que os sujeitos convivam contemporaneamente.

⁸ Os critérios de seleção dos empreendimentos solidários para pesquisa de campo deram-se por: i) Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são todos rurais, ligados à agricultura familiar associativa e localizados nos estados do Maranhão, Goiás e São Paulo; ii) atuam preferencialmente, na mesma atividade econômica de produtos alimentares, teve negócios com o PAA por mais de uma vez, tendo a modalidade Compra com Doação Simultânea, como uma espécie de “denominador comum;” iii) situam-se nas proximidades de cidades médias – aqui compreendidas como aquelas de porte mediano para cada unidade federativa - ou sob sua influência; e por fim, selecionados no número de 2 (dois) em cada uma delas por indicação dos gestores governamentais e das entidades não-governamentais apoiadoras locais do PAA, seguindo as seguintes condições: 01 (um) considerado em condição socioeconômica de exitosidade com o PAA e 01 (um) que não consegue se viabilizar com este Programa. A exceção – em relação ao número - foi o estado do São Paulo que ficou com três empreendimentos, pois no caso de Tremembé, operam ali duas cooperativas dentro do mesmo Assentamento. Separá-las, para nós traria um prejuízo significativo, pois ambas então compoem um único ambiente socioeconômico.

neodesenvolvimentista de 2003 a 2016, precisamente, dos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), cujos propósitos naquele momento, são de manter a política econômica de estabilização; de enfrentar as históricas desigualdades sociais, via programas de transferências de renda; de buscar a universalização da educação, bem como de incentivar a ocupação não-assalariada nos chamados empreendimentos de economia solidária. Depois, nos cenários de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), que, de alguma maneira, procura dar continuidade a esta política, embora realize em seu transcurso ajustes significativos.

Nos primeiros instantes do governo *neodesenvolvimentista* de Lula da Silva cria-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), para dar apoio aos inúmeros empreendimentos solidários eclodidos, em sua maioria, na década precedente, em virtude do desemprego em massa provocado pela abrupta abertura comercial ao mercado internacional, advinda da prescrição neoliberal do Consenso de Washington⁹. De ação concreta, a Senaes organiza o Atlas da Economia Solidária Brasileiro nas edições 2007 e 2013, (via levantamento realizado pela Rede Universitária do Trabalho – Unitrabalho), bem como os fóruns em âmbitos nacional e regionais, cujos objetivos são conhecer e apoiar as iniciativas solidárias em todo o país. Neste íterim, é também criado o PAA pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003 - regulamentados pelo Decreto nº 7.775/2012 e pelo Capítulo III da Lei no 12.512/2011 - o qual passa a integrar o Sistema de Informações de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Ainda aqui, é reforçado o já existente Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Tais iniciativas são então dirigidas especialmente à economia solidária tendo a agricultura familiar como importante espaço de recepção. As ações empreendidas estendem-se aos dois governos de Dilma Rousseff¹⁰.

Neste conjunto, lançamos algumas questões que servirão de provocação à nossa análise crítica. Iniciando em saber, que motivos levariam o *neodesenvolvimentismo* a gerar uma política pública para agricultura familiar como a do PAA? Seria ela uma proposta velada ou mesmo implícita do Estado *neodesenvolvimentista* ao buscar, reproduzir o que foi ao longo dos tempos uma proposta de Estado assistencial para o pequeno produtor agrário *subalterno*? Depois, uma vez operando, este Programa conseguiria alcançar níveis satisfatórios de eficiência, eficácia e efetividade ou foram encontradas soluções realistas diante do difícil

⁹ Batista (1994)

¹⁰ Apesar da presidente Dilma Rousseff ter seu segundo mandato garantido pela Constituição Federal (1988) até 31 de dezembro de 2018, o mesmo é encurtado temporariamente em 12/05/2016 e depois definitivamente em 31/08/2016 em virtude de um processo de *impeachment*. Assim, consideramos a primeira data como recorte temporal final para efeito de análise dos governos de proposta neodesenvolvimentista.

funcionamento da máquina pública e dos percalços político-socioeconômico do neodesenvolvimentismo, cujo clima é de disputa e de “interesses diversificados no seu interior”? Por fim, que crítica podemos construir, se de fato, o PAA contribui – desprendido de suas intenções - para o prosseguimento do desenvolvimento geográfico desigual, mesmo que percorrido incipiente trajetória?

Como premissas - nas análises - vamos levar em conta o lugar crítico em que nos encontramos (o ângulo marxista, com o método materialismo dialético)¹¹ e aquilo que acreditamos como sujeito crítico. Isto é, embora hajam significativos empenhos do governo *neodesenvolvimentista* em modelar uma política diferenciada para a agricultura familiar solidária - via PAA – no momento em que ela é posta em operação, não consegue se desvencilhar das velhas práticas e instrumentos, e assim, corrobora na (re)produção das históricas diferenças regionais, especialmente, em razão do *meio técnico-científico-informal (MTCI)* dentro e fora de seus empreendimentos.

Com este intento, construímos o artigo com uma única seção. Nela discutimos e analisamos criticamente a política do PAA e, sobretudo, a sua execução, através da incursão empírica realizada nos estados do Maranhão, Goiás e São Paulo¹². Tudo isto sustentado na bibliografia sobre o desenvolvimento espacial desigual e combinado, da teoria política e dos fundamentos teóricos consolidados da eficiência, eficácia e efetividade. Ademais, o compromisso da nossa parte se guiará em evitar emitir pareceres preconceituosos que possam nos levar a uma análise crítica apaixonada e no seu desdobramento ao vazio da crítica pela crítica.

2. CRÍTICA EMPÍRICA À POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

¹¹ O escopo metodológico da pesquisa está centrado predominantemente em uma perspectiva histórico-geográfico-socioeconômico-avaliativo-analítico, utilizando para isso o método materialista-dialético.

¹² As escolhas dos extratos territoriais, em nível de unidade federativa, para um quadro analítico se dão, entre outras, pelas seguintes razões: Maranhão: detentor do segundo pior índice de desenvolvimento humano do Brasil e unidade na qual se realizaram as etapas iniciais deste trabalho ainda na pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Goiás: detentor de condições medianas desse mesmo índice de desenvolvimento e unidade federativa na qual se situa a Universidade Federal de Goiás (UFG), espaço acadêmico que abriga esta investigação; por último, numa crescente, o estado de São Paulo: detentor do segundo melhor índice de desenvolvimento humano do Brasil e o mais rico. Além do que, não podendo coletar dados *in loco* em todo o país, pois inviabilizaria a pesquisa, foram pinçadas estas que representam a grande heterogeneidade socioeconômica entre as vinte e sete unidades. Razões suficientes para a qualificação das amostras.

A criação do PAA em 2003, segundo Grisa (2011, p. 34) é resultado da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa discussão intensificou-se a partir do final da década de 1980, ganhou impulso nos anos 1990 e encontrou maior espaço no Governo Lula, envolvendo um amplo leque de atores sociais.

O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. Esse setor, que até então não havia sido considerado pelo Estado como objeto de políticas públicas específicas, começou a receber maior atenção quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, processo que teve como saldo importante a própria construção da definição oficial do conceito de agricultura familiar, que desde então passou a ser incorporada como referência no planejamento da ação governamental. Para esta autora, registra-se, a partir desse momento, mas principalmente depois de 2003, um esforço importante de implantação de diferentes instrumentos específicos de política pública direcionados a essa categoria de produtores, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do próprio PAA. E mais, segundo ela, “esses avanços foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares. (GRISA, 2011, p. 34).

Para o MDA, o PAA possui duas finalidades básicas a de promover o acesso à alimentação e a de incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o “Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição”. (MDA/ Cartilha PAA, 2016, p. 3, 2016). O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Entre outros.

O Programa, neste sentido, é desenvolvido em cinco modalidades diferentes. Quais sejam: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra institucional. O orçamento do Programa é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA). (MDA/ Cartilha PAA, 2016, p. 3). Já em relação ao público beneficiário, o PAA possui dois públicos: os fornecedores e os consumidores de alimentos¹³.

Das políticas neodesenvolvimentistas para a agricultura familiar e, no recorte a do PAA, cuja base legal, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) possibilitaria uma maior presença do Estado e ao incentivo dos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, bem como traria segurança para poder planejar suas atividades na perspectiva de maior previsibilidade - pois o programa ofereceria a estes, a segurança de que seus produtos poderiam ser comercializados, e assim gerar renda e minimizar possíveis desperdícios - não trouxe, efetivamente todas estas garantias, como veremos a seguir.

O fato é que, ao operar o PAA, fica evidente que o montante de recursos investidos¹⁴ apresenta, num primeiro momento, importante aporte, e depois significativos movimentos tendendo para baixo, especialmente no segundo e incompleto mandato de Dilma Rousseff. Denúncias de fraudes à Justiça Federal do Paraná, com reverberações em todo o país, e principalmente “ajustes fiscais”, a partir de 2015, pressionados pelos mercados, chancelados pelo Congresso Nacional e operacionalizados pela nova equipe econômica de Dilma Rousseff, liderada pelo neoliberal ministro da Fazenda Joaquim Levy, são as principais causas.

Uma agência importante ouvida neste trabalho, é a do ex-coordenador do PAA na Companhia Nacional de Abastecimento de São Paulo (Conab/SP). A sua fala traz um apanhado da trajetória do Programa, ao mesmo tempo em que emite seu parecer na condição de operador direto¹⁵. Para ele, o primeiro governo Lula, é de implantação, desenvolvimento de marcos legais e definições operacionais, que consomem tempo e ajustes. [...] A articulação é mais coesa com decisões mais centralizadas (Criação e fortalecimento do Consea¹⁶ são vitais). No segundo governo Lula, o Programa deslança e tem expressivo aumento de investimentos. Certamente contribui e muito para, junto com Bolsa Família, tirar milhões da miséria e fazer melhor distribuição de renda. No primeiro governo Dilma, os investimentos para execução continuam a aumentar expressivamente permitindo uma ampliação impressionante de participantes. O

¹³Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. (MDA/ Cartilha PAA, 2016, p. 3, 2016).

¹⁴ Fonte: PAAData (www.aplicações.mds.gov.br)

¹⁵ Adaptado. A entrevista é concedida em 22/08/2016.

¹⁶ Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea)

grande problema deste período é que os investimentos de suporte para sustentar o crescimento, apesar dos constantes alertas e da sensibilização que a diretoria da Conab faz junto ao governo, não acontecem. No final desse período, também se pôde detectar um visível enfraquecimento do Consea, agravado por uma maior tensão no relacionamento entre os ministérios e órgãos que compunham o grupo gestor [GGPAA]. Ainda neste momento, em função da grande visibilidade e de problemas decorrentes da ausência de uma estrutura mais adequada para operacionalizar e fiscalizar, o PAA começa a sofrer forte pressão dos órgãos de controle e ações que deveriam ser tratadas como administrativas e ajustes, passam a ser criminalizadas. Não obstante, o clima político começa a tomar contornos que dificultam e até mesmo inviabilizam a manutenção e a continuidade de crescimento que havia até então. Por fim, no segundo e incompleto governo Dilma, sob uma forte crise política e econômica e com reflexos altamente negativo nas instituições, o PAA se torna extremamente burocrático, perde recursos e sofre um forte recuo orçamentário em 2015, recua ainda mais em 2016 e culmina com o desmonte dos dois ministérios que são seus alicerces - o MDS e o MDA.

Também do PAA, ouvem-se relatos, de certa forma queixosos quanto aos seus entraves burocráticos. Neste caso, operados pela Conab e pelo Grupo Gestor do Programa (GGPAA). O representante da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar de Goiás (Cecaf/GO)¹⁷, diz que a Conab precisava rodar bem o PAA em 2016. Entretanto, naquele momento são implementados novos critérios para contratar com este órgão, somados aos já existentes. Se queixa da prioridade dada aos Assentados da Reforma Agrária, apesar de ter o cuidado em admitir que eles são importantes e que, “não é um problema somente de Goiás, é do Brasil afora”. Fala ainda que “não adiantava priorizar esse grupo sem conhecer a sua realidade produtiva” e que “precisava que a Conab ranqueasse o estado e a condição de quem participa do Programa”. Deste contexto, Raffestin (1993, p. 40) dirá que “o Estado é um ator sintagmático¹⁸ por excelência quando empreende uma reforma agrária”, por exemplo. Ou neste caso, quando escolhe os Assentados da Reforma Agrária como sua prioridade. Ainda sobre as reclamações ao PAA, a Cecaf/GO diz que “precisava que o GGPAA viesse conhecer a Superintendência Regional de Goiás e assim abrir essa caixa preta¹⁹”. E na sua conclusão que

¹⁷ Adaptado a este texto. Entrevista concedida em 12/07/2016.

¹⁸ Raffestin (1993, p. 40), defende que o ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para produzir *lato sensu*, uma ou várias vezes.

¹⁹ A referência de “caixa preta” é para o GGPAA.

“esses coordenadores locais sabem onde estão cada produtor, cada cooperativa, cada associação e aonde precisa aplicar mais e de maior apoio”.

Na verdade, os depoimentos, sobretudo o segundo, revelam claramente uma disputa por verbas em tempo de fortes cortes orçamentários. Ocorre que a alocação dos recursos destinados à agricultura familiar, via PAA “ainda” se concentra nos estados mais ricos, historicamente organizados e mais articulados político e economicamente, como são os casos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, mesmo após a decisão do GGPA, em 2015, de buscar implantar uma nova metodologia para 2016, objetivando atenuar essas distorções. Entendemos objetivamente, que, mesmo utilizando critérios considerados equilibradores, como pesos: 50% para o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (IDH); 25% para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e 25% para o Cadastro Único (CAD 1), os resultados práticos se mostram inexpressivos. Porém, é preciso reconhecermos que para uma afirmação mais contundente - se persistidas as distorções - não houve ainda um razoável distanciamento temporal.

Em relação ao uso de uma estrutura intersetorial no PAA - como defendida por Cunill Grau (2005, p. 48) para qual “es un instrumento de la integralidad y por tanto, un componente insustituible de las políticas y programas de reducción de la pobreza y la desigualdade”, pois trabalharia colaborativamente, através de diferentes formas estruturais e também o incrementalismo como análise de políticas, defendido por Lindblom (1979, p. 182) que consistiria na mudança política por meio de pequenos passos, independentemente do método de análise utilizado - nem sempre funcionou de maneira eficiente na execução do PAA, sobretudo ao que fora originalmente desenhados em seu projeto, em função – como vimos - das burocráticas estruturas, da “maior tensão no relacionamento entre os ministérios e órgãos que compunham o grupo gestor” e, da ainda incipiente cultura de priorização da agricultura familiar no principal executor do Programa, a Conab. Ou seja, o setor que cuida diretamente do PAA neste órgão, se vê isolado de suas demais ações, sobretudo, por se tratar de uma instituição, cujo Ministério (Mapa) - a que está vinculado – tem no agronegócio sua principal bandeira. O depoimento da Coordenadora da SAF/MA²⁰ ao dizer que “não há por meio do Mapa, uma inclinação para poder atender o pequeno agricultor”, pois “se perguntar, como se faz um abatedouro de frango, ele vai apresentar um ‘mega’ abatedouro”, bem como o discurso do ex-coordenador do PAA na Conab de São Paulo, explicitam bem a situação.

²⁰ Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão (SAF/MA). Entrevista concedida em 28/07/2016.

Atinente às manifestações geográficas decorrentes dos novos processos nos empreendimentos solidários, isto é, o *meio técnico-científico-informacional* (MTCI) que uma vez instrumentalizado e combinado com Programas como o PAA poderiam trazer uma mudança no meio rural, nota-se no transcurso da investigação que, mesmo não tendo se manifestado na sua totalidade, e assim, nos permitir afirmar que é causa de êxito nos empreendimentos classificados como tal, concordamos plenamente com Santos (2014) quando postula que o elemento MTCI, uma vez instrumentalizado oferece possibilidades maiores de êxito e de transformação, que outras zonas igualmente dotadas de um ponto de vista natural, mas que não dispunham desta força. Entretanto, concordamos que a “transformação” viria através de uma boa gestão coletiva, da união entres os cooperados, do uso de processos tecnológicos e articulados, bem como na combinação de mais elementos, como por exemplo, ligados às atividades não-agrícolas (turismo, artesanato, etc). Evidentemente, não se trataria aqui, jamais, de uma transformação nos moldes de uma emancipação humana, como a idealizada por Marx (2005).

Ao mergulharmos no ambiente endógeno e exógeno dos empreendimentos selecionados vemos que de concreto, há avanços importantes oriundos do PAA. Em Piqui da Rampa (Vargem Grande/MA), por exemplo, é possível ouvir o relato de seu representante dizendo que “antes do PAA nós só tínhamos fome e miséria e eram muito fortes” e que “depois do Programa passamos a conhecer a vida”.

O fato é que, o PAA como um “programa de renda” aparece na memória desse trabalhador e dos demais do agrupamento como o grande responsável pelas mudanças socioeconômicas. É bem verdade, que as condições estavam assim, inicialmente e, no caso específico, pelo conjunto de políticas implementado ainda nos anos 1990 pela Caritas Brasileira e pelo Banco Mundial e aí depois, em Lula da Silva e Dilma Rousseff de 2013 a 2016, através de programas como o Pronaf, Minha Casa Minha Vida Rural, Pnae e PAA.

O próprio governo neodesenvolvimentista reconhece que “parte do sucesso do PAA se dá porque os agricultores familiares estão inseridos e apoiados por outros programas que lhes permitem produzir, organizar-se e comercializar sua produção”. (BRASIL, MDS, 2013). Do cenário de positividade do Programa, ouve-se da Copafarga de Juquiá (SP) que a construção e pagamento da sede da cooperativa já eram resultados positivos e que o agricultor inserido no PAA mudou de vida, “bastava ver o estacionamento da entidade em dias de assembleia”.

Todavia, os relativos êxitos de Piqui da Rampa (MA) e Juquiá (SP) estão ameaçados pelos cortes no orçamento do PAA (2015 em diante). Aqui, as velhas práticas da descontinuação de

programas sociais e da total dependência de algumas organizações solidárias às compras de governo. Neste caso, a eficácia de Piqui da Rampa ameaçada pela suspensão dos recursos de financiamento - mesmo que fosse temporária - e a eficiência e eficácia de Juquiá ameaçadas por operar naquele momento, somente com um programa, o Pnae, o que subutilizaria a sua capacidade instalada.

Não obstante carregado de críticas, temos de reconhecer que a expansão do mercado consumidor da política neodesenvolvimentista de Lula da Silva e Dilma Rousseff, aparece como uma das principais marcas – em que pese sua curta duração. Desse modo, é o que dá sustentação financeira, desde 2013, a Cooperuruana (Uruana/GO) na sua inabilitação documental para contratar com o PAA. Já o “sucesso” da Coparpa (Jataí/GO) se dá pela combinação de negócios com o governo e o mercado privado, concomitantemente. Neste acontecimento, há uma menor dependência à programas como o PAA e Pnae, embora sujeita diretamente as intempéries do ambiente e da competição capitalista. Entendemos que do cenário goiano – e nele incluímos a Coparpa e a Cooperuruana - ocorre a materialização daquilo que Moreira (2009, p. 58)²¹ classifica como a quarta, entre as seis “grandes mutações da agricultura familiar brasileira”. Denominada na literatura de “modernização conservadora”, ou ainda, de “Revolução Verde”.

Num apanhado, diríamos que, se colocarmos uma lupa sobre o Sudoeste Goiano e aproxima-la à Coparpa, veríamos sem obstáculos que, na perspectiva empresarial há sinais de importantes avanços. Contudo, se a mesma lente fosse posta sobre a proposta agrária do campesinato, isto é, da economia camponesa em que a terra e as atividades desenvolvidas nela – reprodução do sustento, reprodução da vida – são maneiras de organização sociais (FELIX, 2010)²², seria claro enxergar, na verdade, um signo de retrocesso. Basta ver que sua paisagem, em nada se diferencia do cenário do Agronegócio. Ou seja, cultivares transgênicas (soja e milho) destinadas ao mercado internacional, a partir da agroindústria, num perfeito e monótono *continuum*. Sem falar da possibilidade de ocorrer, o que Singer (2002, p. 114) chama de “cooperativismo de tipo burocrático”. O que, segundo ele, levaria a uma tendência histórica de “degeneração” por parte das cooperativas. Ou seja, dos seus princípios autogestionários, se

²¹ Adaptado a este texto.

²² Embora, Shanin (2005, p. 19) defenda em seu estudo *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*, que “a conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de acatar a questão em um nível teórico”.

transformaria numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva. (SINGER, 2002).

Ainda neste agrupamento, como agência de intermediação entre o mercado de *Commodities* e o pequeno produtor associado, vem, é certo, reproduzindo a lógica das grandes corporações capitalistas. Ou seja, a renda da terra se materializa seguindo também o mesmo receituário do grande negócio. Com efeito, um movimento de esgarçamento do tecido social da própria solidariedade, em função da “emprerização” de suas rotinas operacionais. Tal fenômeno não é causa de estranheza e muito menos de constrangimento entre seus operadores. Pelo contrário, se trata de um valor e modelo a serem seguidos religiosamente. Tanto é, que seu presidente questiona os muitos entraves burocráticos deparados com o Estado, ao se relacionar com programas como o PAA e Pnae, e elogia a fluidez dos processos em negócios com o mercado privado.

Indo agora, a realidade paulista, assiste-se que as cooperativas de Tremembé (no rico Vale do Paraíba), mesmo não tendo uma relação duradoura com o PAA, em virtude de denúncias de irregularidades à Justiça Federal e sobretudo, pela divisão do Assentamento em duas cooperativas - o que fragilizaram o poder de articulação e negociação - possuem a seu favor um mercado extremamente forte. Situação bem diferente da Coopafarga de Juquiá, que a depender do economicamente pobre Vale do Ribeira não teria condições de escoar toda sua produção. A saída desta última é a busca de negócios no potente mercado ao seu redor e da grande São Paulo.

Concernente a política de assistência técnica e extensão rural, via Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural “Ater Mais Gestão” – programa este, de suporte ao PAA e Pnae – a classificamos como velhas práticas das políticas públicas de assistência técnica. O fato é que, nos territórios solidários em que atua, seus efeitos, na perspectiva de boa parte dos empreendimentos beneficiados, passam longe da eficiência desejada. São volumosos recursos envolvidos e empresas contratadas que não detém conhecimento aprofundado da realidade do lugar, limitando como ação - em muitos casos - a dispensar longo tempo em estudos situacionais para poucas indicações de soluções. Sem falar da sua abrupta interrupção ainda no início do governo do presidente reformista Michel Temer. Tais acontecimentos, revelam, de um lado, a tentativa do *neodesenvolvimentismo* em oferecer uma nova proposta, através de uma assessoria técnica de gestão (demanda provocada pelas próprias organizações solidárias) e, de outro, os surgimentos de velhas manobras da descontinuação de Programas e dos critérios da licitação pública, para os quais a “capacidade técnica” está em primeiro plano, frente à capacidade de

apreensão das peculiaridades regionais/locais. A consequência disto é a ineficiente utilização de estratégias e recursos.

Partindo às provocações elencadas na introdução do artigo, quisemos saber, no primeiro momento, qual a razão para que o neodesenvolvimentismo geste e opere uma política pública para a agricultura familiar como a do PAA? Será ela um projeto velado do Estado *neodesenvolvimentista* ao buscar, reproduzir o que foi ao longo dos tempos uma proposta de Estado assistencial para o pequeno produtor agrário *subalterno*?

A própria Grisa (2011, p. 34) já adiantou que a criação do PAA em 2003 resulta da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil e que os avanços para sua construção “foram, em grande medida, resultado da capacidade de mobilização, intervenção política e negociação de diversas organizações sociais representativas dos produtores familiares. Já Pochmann (2011, p. 38) fala que em Lula da Silva há sinais de uma retomada de projeto nacional de desenvolvimento, tendo a política social como um dos seus principais pressupostos e que em seu governo houve “a convergência econômica e política de eventos governamentais direcionados justamente à base da pirâmide social brasileira”.

Cada um pelo seu angulo, tais fatos são plenamente percebidos por boa parte dos agricultores nos empreendimentos visitados. Nos discursos verbais (e não-verbais) é possível captar que políticas nos moldes do PAA são engendradas para “ajudar o pequeno agricultor a vender e as pessoas da cidade a comer” e que Lula só as criou porque “vinha de uma origem de dificuldade e aí quis ajudar o povo”. Mas, também se nota que entre eles, há uma total dependência à Programas governamentais - sem cortes do cordão umbilical à vista. Fenômeno claramente visto entre aqueles trabalhadores das entidades consideradas bem-sucedidas com o Programa. Sem falar de uma materialização da categoria, na qual cunhamos nesta pesquisa de *subalterno-desapegado-do-lucro*²³, cujo signo encontramos em Mirindiba (Codó/MA). Por outro lado, temos de reconhecer que aquelas razões, viriam também da raiz ideológica do Partido dos Trabalhadores, raiz esta, fincada em políticas eminentemente sociais. Sader (2011) afirma que Lula da Silva busca avançar pelas linhas de menor resistência, centrando seu governo em dois eixos: prioridade das políticas sociais ao invés do ajuste fiscal e a prioridade dos processos de integração regional em lugar de Tratados de Livre Comercio com os Estados Unidos.

²³ Ousamos cunhar neste estudo a categoria *subalterno-desapegado-do-lucro* como uma das propostas de hipótese, discussão e Tese, respectivamente. Significa para nós o agricultor resignado com as condições de precarização e de inviabilização de seu empreendimento, enquanto negócio.

Outra questão: uma vez operando, o PAA, consegue alcançar níveis satisfatórios de eficiência, eficácia e efetividade? Ou são encontradas soluções exequíveis, diante do difícil funcionamento da máquina pública e dos percalços político-socioeconômico da curta vida do neodesenvolvimentismo?

Ao apresentar um dos princípios do planejamento estratégico Oliveira (2010, p.7-8) sugere o “princípio das maiores eficiência, eficácia e efetividade”²⁴. Evidentemente que este autor dirige seu estudo ao meio empresarial e, portanto, ao Planejamento Estratégico da competição privada. Sabemos que o planejamento pode e deve procurar maximizar resultados e minimizar deficiências apresentadas em qualquer processo, embora não devamos sob hipótese alguma “comparar a cachoeira com o mar” ou as coisas do Estado, de interesse social (mesmo capitalista) com as das empresas, de interesse a lucratividade (minimizar custos e maximizar lucros). Dessa maneira, nota-se que o PAA, mesmo sendo resultado da confluência daqueles dois importantes debates da década de 1990 de que falava Grisa (2011), há uma “troca de pneus com o carro ainda andando”. O presidente da Cooaat (SP) afirma que “no início faltou muita informação da parte da Conab. As coisas eram feitas assim, *A la vontê*²⁵ e aí tivemos falhas”²⁶. E mais, o coordenador do Programa na Conab/MA diz que “no começo do Programa não teve a preocupação de planejar, pois tinha que implantar”, revelam nestes discursos, a certa urgência do neodesenvolvimentismo em implantar políticas sociais, inclusive as que abarcassem a agricultura familiar.

Sucedem também que, o Governo Federal em Lula da Silva e Dilma Rousseff ao contar – na sua operação - com parcerias estaduais e municipais, objetivando “rodar bem o Programa”, encontra quase sempre baixa receptividade de seus gestores, sobretudo nestes últimos. A causa principal encontrada é que, o fluxo dos recursos financeiros passa direto para e entre os beneficiários. Nos casos em que o poder público municipal adere, quase sempre, há relatos de ingerência político-partidária nas associações e cooperativas. Depois, os recursos financeiros

²⁴ Para Oliveira (2010, p. 7-8), a “*Eficiência* é uma medida individual dos componentes das empresas e se consolida em fazer as coisas de maneira adequada; resolver os problemas que surgem; salvaguardar os recursos aplicados; cumprir os deveres e responsabilidades estabelecidas e reduzir custos. A *Eficácia* é uma medida do rendimento global das empresas e se consolida em fazer as coisas certas, ou seja, fazer o que tem de ser feito; produzir alternativas criativas para as várias situações que surgirem; maximizar a utilização dos recursos disponíveis; obter os resultados estabelecidos e esperados nos processos de planejamento e aumentar os resultados. E por fim, a *Efetividade* que segundo ele é uma medida do rendimento global das empresas e se consolida em manter-se no mercado e apresentar resultados globais positivos ao longo do tempo (permanentemente). (Adaptado a este texto).

²⁵ Expressão [Popular]. À vontade; de maneira farta, ilimitada; em abundância ou sem limitações. (Fonte: <https://www.dicio.com.br>, acessado em 25/04/2017).

²⁶ Entrevista concedida em 10/04/2017.

encontram maior eficiência e eficácia – ainda que não total - nos espaços detentores do meio técnico-científico-informacional mais desenvolvido, se analisarmos na perspectiva *miltoniana*. Nesta passagem, a Copafarga (Juquiá/SP) diz que “a eficiência está em produzir e ter a garantia que vai comercializar e, lá na ponta, que vai matar a fome de muitas pessoas”. Para a Coparpa (Jataí/GO) que “com pouco dinheiro, se coloca muita comida para quem precisa”.

Em outro dilema, que é a tentativa de criminalizar o PAA - protestada por boa parte dos servidores da Conab - revela a existência de falhas de controle do Programa. Falhas estas, admitidas inclusive pelo gestor do MDA em Brasília. Neste caso, permite-se brechas de investigações criminais pelo Ministério Público Federal nas organizações solidárias de Tremembé (SP) – ocorrências identificadas em outros municípios brasileiros. Para o agente do MDA, “o controle social também deve ser aprimorado, uma vez que ele joga um papel chave e está previsto na legislação”. Dito isto, a existência de velhas práticas nos mecanismos de controle da gestão pública, sobretudo, quando se trata da prestação de contas de seus recursos. Além de vir à baila, a quase sempre conflituosa relação entre os poderes constituídos.

E como última provocação, que crítica podemos construir, se de fato, o PAA contribui – desprendido de seus propósitos - para o prosseguimento do desenvolvimento geográfico desigual, mesmo que percorrido ainda uma incipiente temporalidade?

Singer postula as condições essenciais para viabilizar a economia solidária. Segundo este autor, “as mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23). Tais características, não são encontradas em todos os empreendimentos pesquisados, bem como ao seu redor. Tanto é, que achamos em Codó (MA), um caso emblemático de como anda a estrutura do e para o PAA em regiões não desenvolvidas e pouco assistidas. Na incursão, entrevistamos o gestor do Programa no município e aí dissemos a ele que, é claro perceber na sua região uma agricultura de certa forma rudimentar e não autônoma, salvando ali poucos casos. Ou seja, culturas “no toco” e altamente dependente dos “favores do poder público”²⁷. A Associação de Mirindiba, nosso objeto de análise é um exemplo disto: possui áreas cultivadas mecanicamente somente quando o equipamento é cedido pela Prefeitura, mas também áreas ainda “no “toco”. Daí perguntamos

²⁷ Falando do clientelismo político no Brasil, Martins (1999, p. 29), dirá que “não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos”. Para ele, o clientelismo político é “uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres”.

o que achava do cenário e como estes fatos podem atrapalhar a boa relação dos agrupamentos solidários com o PAA? A resposta:

O que falta – em certo ponto – é a questão do associativismo. Da organização das próprias entidades. Existe uma dependência do poder público quase que direta. A área rural depende de políticas e, se não chega essas políticas, pode acontecer de não se desenvolver. Por mais que trabalhem para que eles andem com suas próprias pernas, nem sempre conseguimos. Algumas ‘politicagens’ que são feitas acabam trazendo o povo para o ‘mau costume’. Com a ajuda que é dada, eles precisam fazer o capital social e financeiro. Percebemos que dentro das próprias comunidades há falta da prática do associativismo. Muita gente puxa para o individualismo e termina por prejudicar a todos. (Entrevista concedida em 25/01/2017)

Depois, perguntamos qual a razão para que haja na Região dos Cocais (para não dizer em todo o Maranhão) a predominância de Associações rurais e não de Cooperativas? Eis sua resposta:

Eles tiveram uma experiência de cooperativismo que não foi muito boa. Tivemos uma cooperativa [**anos atrás**] que fomentou o crédito junto aos bancos. O que aconteceu? Por uma má gestão muitos se endividaram. Somos conscientes que o modelo de Cooperativa para o Programas amplia e dá legalidade à comercialização dos produtos. A Associação comercializa normativamente os produtos, mas, não pode comercializar, porque é constituída para ser sem fins lucrativos. Compreendemos que mais adiante, isto pode ser questionado. (Entrevista concedida em 25/01/2017)

Dos dois pontos, primeiramente, podemos assegurar que é mais confortável imputar ao trabalhador rural, a culpa do seu atraso à falta de espírito de cooperação e ao mau costume em buscar soluções nas “politicagens” feitas pelos próprios agentes políticos (dos quais este dirigente é um deles), colocando o agricultor familiar na condição de “grama na briga dos elefantes”. Martins (1999, p. 29) alerta para esse tipo de relação. conforme ele, “os que nada têm para doar, têm ainda o comportamento subserviente como último recurso dos desprovidos para demonstrar acatamento. E de qualquer modo, têm o debito moral que pode ser pago politicamente”.

Já da “preferência” dos maranhenses pelo modelo Associação seu dá porque é mais fácil e barato de ser constituído e operado. Por outro lado - como dito pelo servidor - legalmente ela não pode comercializar ou pelo menos não deve. Na realidade, se trata de uma manobra e/ou arranjo encontrado ainda do governo Lula da Silva para que as milhares de associações espalhadas em todo o país pudessem contratar com o PAA. Evidentemente, que isto implica numa limitação mercadológica às entidades, se compararmos à abrangência da estrutura constituída de uma Cooperativa. Conquanto, do ponto de vista “pedagógico”, segundo o

representante dos agricultores familiares do estado de São Paulo (FAF/SP)²⁸ - se referindo à sua realidade - “no aspecto das cooperativas da agricultura familiar, a maior parte delas nasce Associação e depois se transforma em Cooperativa”²⁹. Infelizmente o ambiente paulista não é replicado ao do Maranhão.

Ainda dentro do contexto de respostas à questão formulada da “contribuição” do PAA ao prosseguimento do desenvolvimento geográfico desigual, podemos afirmar que, além de presente nesses pontos, é encontrado facilmente no momento da divisão do bolo orçamentário do Programa, bem como, no ambiente *técnico-científico-informacional* avançado e/ou precário de cada lugar. O estado de São Paulo aparece com mais da metade dos seus empreendimentos de economia solidária organizados na informalidade, ao mesmo tempo em que se posiciona como campeão de vendas governamentais (para além do PAA)³⁰. É verdade que, por possuir um forte mercado interno (e até externo) – e aqui o fator renda é também causa – São Paulo oportuniza aos seus agricultores familiares escoar totalmente sua produção, como também para Programas governamentais (municipal, estadual e federal), mesmo àqueles que não estão dentro de uma organização solidária formal. Além, é claro, de ser portador de um *meio técnico-científico-informacional* robusto, assemelhado – guardando as devidas proporções - ao encontrado em Goiás. Por fim, suas médias e grandes cidades compram dos poucos empreendimentos formais existentes, volumosas quantias para o PAA, assim como para outros programas, como o Pnae. Basta ver os números dos contratos realizados com a Conab³¹.

Desta feita, os acontecimentos - de atraso e de desenvolvimento dentro e para a dinâmica do PAA - só mostram que diferenças regionais continuam a ser produzidas e reproduzidas nos empreendimentos solidários da agricultura familiar, ancoradas, neste caso, também pelo estado neodesenvolvimentista, apesar de todos os esforços para uma reversão de cenário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quisemos mostrar nesta pesquisa – na perspectiva crítica - que, a despeito dos esforços do *neodesenvolvimentismo* em modelar uma política diferenciada para a agricultura familiar -

²⁸ Entrevista concedida em 13/09/2016.

²⁹ Um exemplo paulista, conhecido neste estudo é o da Copafarga, de Juquiá.

³⁰ Senaes (2013) e PAADData (2016).

³¹ PAADData (2016).

via PAA - na hora de executá-la, não consegue se livrar de velhas práticas e instrumentos e assim, corrobora na (re)produção das diferenças regionais, sobretudo, em função do meio *técnico-científico-informal* dentro e fora de seus empreendimentos. As bases para esta afirmação se sustentam nas seguintes manifestações e direções: i) A performance da política *social-desenvolvimentista* – como acreditamos ter havido – possui “autonomia de voo de galinha”³², isto é, de significativas oscilações e de insustentabilidade. Na agricultura familiar e, sobretudo no PAA, os recursos, no seu início, são significativos, mas, depois declinam; ii) Os modelos intersetorial e incremental, não são eficientes quando do funcionamento do PAA; iii) O Governo Federal ao contar com parcerias estaduais e municipais, recebe quase sempre baixa adesão de seus gestores; iv) Os recursos financeiros encontram maior eficiência e eficácia nos espaços detentores do meio técnico-científico-informacional desenvolvido, embora não na sua totalidade; v) Mesmo buscando reverter a trajetória histórica, a alocação dos recursos do PAA “ainda” se concentra nos estados mais ricos e articulados; vi) Os membros dos agrupamentos de regiões economicamente deprimidas, auferem renda menor e são submetidos às condições de qualidade de vida inferior; vii) Na hora de implantar e operacionalizar o PAA, há dificuldades dos empreendimentos em atender as exigências burocráticas e de ter produção contínua e suficiente; viii) A melhora na qualidade de vida dos agricultores é resultado de um conjunto de políticas públicas e não ao PAA, isoladamente; ix) há cooperativas bem integradas ao mercado e outras totalmente dependentes de negócios com o governo. x) O Programa “Ater Mais Gestão”, programa-suporte do PAA e Pnae, não é eficiente e eficaz. São volumosos recursos investidos, com poucos resultados concretos. Ou seja, a política *social-desenvolvimentista* para a agricultura familiar solidária, via PAA, aparece como uma nova proposta que é operada com velhas práticas. Na perspectiva *Brechtiana*: uma Nova Carne que é comida com os Velhos Garfos.

4. REFERÊNCIAS

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Cartilha da SIES/Unitrabalho/UFMA, 2007/2013.

BATISTA, N. Paulo. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: s. n. 1994.

³² Estudo: *A economia brasileira e o voo da galinha*. (LOURENÇO, 2013)



BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2016

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2015.

CUNILL GRAU, Nuria. La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD, 10., 2005, Santiago de Chile. **Anais...** Caracas: CLAD, 2005.

FELIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato**. Goegrifar (UFBA)/ TMG-LEAU (UESB). 2010. Disponível em: <www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2010.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

GRISA, Cátia; et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agrícolas**. v. 8, n. 3, set. 2011

LINDBLOM Charles E. The Science of Muddling Through. **Public Administration Review** v. 19, n. 2, p 79-88, spring, 1959.

_____. Still Muddling, Not Yet Through. **Public Administration Review**. v. 39, n. 6, nov. – dec. p. 517-526. 1979.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia brasileira e o voo da galinha. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 6, n. 8, outubro 2013

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: ensaios da sociologia da história lenta. 2.ed. Editora Hucitec. São Paulo. 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: livro primeiro. o processo de produção do capital. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOREIRA, José Roberto. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**. v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, L. C. Bresser. Onde foi que erramos?: quando e por que a economia saiu da rota. Ilustríssima, **Folha de São Paulo**. 27/03/2016. São Paulo, 2016

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo. 1993

SADER, Emir. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. **Margem Esquerda**, n. 16, p. 123-127, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: USP, 2014

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera.** Presidente Prudente, v. 8, n.7, p. 1-21, 2005

SINGER, Paul; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, 2000.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** 2004. Estudos Avançados 18 (51).

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2002.

THE NEODESENVOLVIMENTIST POLICY OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM FOR SOLIDARY FAMILY AGRICULTURE: AN EMPIRICAL CRITICISM

***Abstract:** The development of this research has in its dialectical materialism its theoretical-methodological base, centered predominantly on a historical-geographic-socioeconomic-evaluative-analytical perspective. Its objective is to carry out a critical-empirical evaluation of the policy of the Food Acquisition Program, directed to family farming in solidarity, by the "neo-developmental" State, taking into account aspects such as execution, impact, and instrumentalization by the technical-scientific means in and out of their enterprises. Results show that, despite the efforts of "neo-development" in modeling a differentiated policy for family agriculture - via food acquisition program - at the time of implementing it, it cannot get rid of old practices and instruments and thus corroborates the (re)production of regional differences, mainly due to the MTCI inside and outside its enterprises.*

***Keywords:** Family Agriculture. Neo-developmental state. Food Acquisition Program and regional differences.*

A ECONOMIA POPULAR ENTRELAÇADA COM A ECONOMIA CAPITALISTA: O CASO DOS METALÚRGICOS ORGANIZADOS EM PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DA SERRA GAÚCHA

Ivan Livindo de Senna Corrêa – ivan.livindo@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio de Aplicação
CEP 91501-970 – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

Maria Clara Bueno Fischer – mariaclara180211@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação
CEP 90046-900– Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

***Resumo:** Este artigo faz parte dos estudos de doutorado em educação e tem como objetivo analisar as relações entre as cooperações simples, solidária e comunitária estabelecidas pelos trabalhadores metalúrgicos organizados em pequenas unidades produção da Serra Gaúcha. Essas relações constituem o que estamos denominando de entrelaçamento da economia popular com a economia capitalista. Como estratégia investigativa, realizou-se: uma observação participante junto a seis pequenas unidades de produção localizadas nos municípios de Canela-RS e Caxias do Sul-RS; e uma entrevista semiestruturada com dez trabalhadores que concordaram em participar da pesquisa. Os dados foram analisados com base no materialismo histórico e dialético. Como resultado da investigação observou-se que, a sobrevivência das pequenas unidades de produção depende das redes de cooperação solidárias onde a existência de trabalho não remunerado garante a permanência desses trabalhadores no setor metalomecânico. Observou-se também, que o capital captura as relações solidárias como estratégia de valorização para a sua reprodução ampliada. Também se observou singularidades que estabelecem relações da economia popular e solidária que priorizam a reprodução ampliada da vida que, embora alimente a reprodução do capital transcende essa lógica de acumulação.*

***Palavras-chave:** Economia popular. Trabalho metalúrgico. Cooperação. Reprodução do capital).*

1 INTRODUÇÃO

Ao estudar o processo de trabalho dos trabalhadores metalúrgicos organizados em pequenas unidades de produção da Serra Gaúcha, observou-se que eles estabelecem uma rede de cooperação que ultrapassa a cooperação para a produção de mercadoria. Essa rede chega a estabelecer relações cooperativas que visam à reprodução ampliada da vida, compondo assim o entrelaçamento da economia capitalista com a economia popular. Diante disso objetivou-se analisar as relações entre as cooperações simples, solidária e comunitária estabelecidas pelos trabalhadores metalúrgicos organizados em pequenas unidades produção da Serra Gaúcha.

Entende-se por economia capitalista aquela baseada na valorização do capital através da produção da mais-valia, em que o dono do capital contrata a força de trabalho, compra matéria-prima e os meios de produção em forma de mercadoria e ao produzir uma nova mercadoria com maior valor que os custos de produção. Isto é, a economia capitalista transforma tudo em valor de troca monetária, incluindo os recursos naturais, o trabalho e a cultura. Assim, as redes de cooperação capitalistas são alianças estratégicas baseadas em interesses comuns onde diversas empresas cooperam visando a obter um tipo de “vantagem competitiva imediata. As alianças podem ser com funcionários, consumidores ou outros parceiros” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 309).

Como economia popular compreendem-se as trocas monetárias e não monetárias realizadas no âmbito popular, onde as relações de trabalho não envolvem diretamente a produção de mais-valia envolvendo as unidades domésticas de produção, empresas familiares, as organizações não governamentais e o trabalho associado. Na economia popular, a informalidade aparece como uma estratégia de sobrevivência ou de reprodução ampliada da vida, onde a cooperação, o companheirismo, a coletividade, a solidariedade e a ajuda mútua perpassam as relações de produção e comercialização (RAZETO, 2005; TIRIBA, 2001; CORAGGIO, 2000; KRAYCHETE, 2000).

Para realizar a pesquisa, adotou-se, como estratégia investigativa, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas. Para a observação participante, um dos pesquisadores trabalhou como aprendiz em uma pequena unidade de produção (Unidade Núcleo - produz máquinas ferramentas para a indústria farmacêutica), onde pode observar o processo de trabalho e as relações de cooperação que se estabelecem tanto internamente como as que se estabelecem com outras unidades produção. Também se observou outras cinco unidades de

produção que mantêm relação de cooperação: uma unidade de componentes plásticos, uma unidade de matrizes, uma unidade de retífica, uma unidade de soldagem; e uma unidade de tornearia. As unidades possuem características distintas e podem ser definidas por: *unidades fechadas* que mantêm relação direta com a grande indústria o que pode ser comparada com um “departamento externo da mesma”; *unidades semiabertas*, que tem um maior grau de independência para conceber e projetar, porém presta serviço exclusivamente para a grande indústria; e, *unidades abertas*, que atende diretamente a comunidade local e também prestam serviços a grandes indústrias. Num segundo momento do trabalho de campo, 10 (dez) trabalhadores, que concordaram em participar da pesquisa, foram entrevistados.

Na práxis das unidades investigadas, observa-se uma rede de cooperação com objetivos produtivos, onde se estabelece um processo de troca de serviços, empréstimos de ferramentas com a intenção de possibilitar as pequenas unidades de produção autônoma desenvolver os produtos ou serviços contratados. Essas trocas geralmente ocorrem mediante trocas monetárias ou trocas de serviços. As redes de cooperação capitalistas incorporam em suas relações aspectos da economia popular, mesmo que o objeto principal das unidades de produção, principalmente as unidades fechadas e semiabertas, esteja voltado para a competitividade no setor metal mecânico.

Porém, ao mesmo tempo em que constroem redes de cooperação que visam à permanência no mercado capitalista competitivo, as unidades de produção, principalmente as abertas, constroem redes de cooperação, com características da economia popular. Tais redes realizam a circulação de bens e serviços em que as trocas ocorrem tanto em formas monetária como não monetária e a finalidade das trocas não está vinculadas estritamente ao acúmulo de capital, mas sim a reprodução simples e ampliada da vida (CORAGGIO, 2000; KRAYCHETE; SANTANA, 2012; RAZETO, 2005; KRAYCHETE, 2000). Tal reprodução tem caráter familiar, entendendo a família num sentido ampliado, que envolve relações afetivas que vão além dos laços sanguíneos, incluindo amigos e vizinhos. No caso das unidades abertas e semiabertas, os trabalhadores e os aprendizes também são considerados como parte da família ampliada.

Para entender a complexa rede de relações que se estabelece entre as pequenas unidades de produção autônomas investigadas, observe a figura 1:

Como se pode observar nas conexões em Vermelho e em Azul sendo que o vermelho representa a existência de relações características da economia popular e o azul, as relações estritamente da economia capitalista, as conexões em vermelho representam a comercialização e a produção que ocorrem informalmente, onde predominam a troca de serviços e materiais, a ajuda mútua, as relações familiares e comunitárias. As conexões em Azul representam a comercialização e a produção que ocorrem formalmente através de contrato de prestação de serviços ou de produção, onde predomina a circulação de mercadoria (força de trabalho e produto) baseada nas trocas monetárias e na valorização do capital.

2 A ECONOMIA POPULAR ENTRELAÇADA COM A ECONOMIA CAPITALISTA

2.1 A valorização do capital nas unidades de produção

A valorização do capital, segundo Marx (1985, 1988) é fruto do processo de trabalho vivo e do trabalho morto. Processo onde o dono do capital compra a matéria prima, a maquinaria e o trabalho vivo em forma de mercadoria e põem-nos em movimento no processo de trabalho para produzir mercadorias. A venda do produto final será superior aos valores pagos pela matéria-prima, a maquinaria e os salários pagos.

Esse processo de produção ocorre no interior de todas as unidades investigadas, sendo que, nas unidades fechadas e semiabertas as relações capitalistas são mais explícitas do que nas unidades abertas. Porém, mesmo que as unidades de produção no seu interior incorporem a lógica de produção capitalista, os trabalhadores proprietários também não deixam de ser assalariados, recebendo pagamento por peça das indústrias que os contrataram. Nesse aspecto, essas unidades não passam de uma extensão da indústria contratante (MARX, 1988). Essa relação leva o trabalhador a explorar o trabalhador, como se pode observar principalmente na Unidade de Componentes Plásticos, na Retífica e na Matrizaria. Essas três unidades são contratadas por outras indústrias para produzir peças ou ferramentas que irão compor um produto final. O contrato que essas indústrias estabelecem é com o trabalhador proprietário, porém o mesmo não conseguindo realizar os serviços sozinho, subcontrata os trabalhadores empregados, dos quais extrai a mais-valia. A diferença dessas unidades de uma grande indústria é que o proprietário trabalha lado a lado com os demais trabalhadores, executando as mesmas tarefas que os demais, além de exercer a função de supervisor.

Segundo o Depoente 4, quem decide o salário por peças é a indústria contratante e, para ele conseguir produzir nesses valores e no tempo estabelecido, ele explora o trabalho temporário de dois trabalhadores. O exemplo dessa unidade é típico da precarização do trabalho imposta pelo processo de reestruturação produtiva do capital, a terceirização leva o trabalhador a exercer sua profissão em situações precárias, sem garantia dos direitos sociais e levando a exploração, no caso dessa unidade, de trabalhadores idosos e aposentados. No entanto, o que leva um trabalhador a explorar o outro? Nesse caso singular é o sonho de um dia lançar um produto e conquistar um mercado consumidor e acumular capital.

O Depoente 3, expressa que em nível micro o processo de produção de mais-valia ocorre porque os valores cobrados para realizar os serviços são por hora e os trabalhadores empregados também recebem seus salários por hora. A relação no interior da unidade também é propriamente capitalista, pois para garantir a produção na unidade que lhe possibilite ter um ganho mensal três vezes superior ao dos trabalhadores empregados, fazer manutenção e compra de máquinas e, pagar os demais custos, o proprietário necessita explorar o trabalho de seis operadores e uma secretária. Como ele paga em média R\$ 15,00 a hora para os operadores, a cada hora de trabalho em uma máquina ele obtém um sobre trabalho de R\$ 30,00; dos quais ele desconta os demais custos de produção e um ganho maior por ser proprietário dos meios de produção. Ao analisar isoladamente esse processo, essa unidade tem uma relação propriamente capitalista, porém ao procurar incluí-la num processo produtivo mais amplo, observa-se que Depoente 3 é um trabalhador que desempenha diversas funções na oficina: planeja, coordena e executa parte da produção e está a serviço de outras indústrias.

O mesmo processo acontece na Matrizaria, o Depoente 2 para projetar e produzir um molde precisa contar com o trabalho da esposa, do filho e mais seis trabalhadores. O processo é o mesmo, ele é contratado pela grande indústria para produzir os moldes, recebe para isso um montante que dá para fazer a manutenção e compra de máquinas, pagar os trabalhadores e garantir os salários dos membros da família.

Essas três unidades estão incluídas numa complexa rede de terceirização no setor metalomecânico da Serra Gaúcha que integra micro, pequenas, médias e grandes empresas, porém sem que exista uma centralidade organizacional. Mesmo que essas unidades de produção apresentem uma relação de trabalho baseada na exploração do trabalho encontram-se aspectos cooperativos da economia popular e familiar. Como as empresas fechadas e

semiabertas são empresas familiares, segundo Coraggio (2000) sempre é difícil classificá-la justamente porque o proprietário trabalha junto e nas mesmas condições dos seus empregados. Mesmo que as unidades observadas, em seu processo produtivo, apresentem aspectos da economia popular, parece que nas relações de produção nas unidades fechadas e semiabertas perpassam aspectos ou valores liberais.

As falas expressam a ideologia liberal presente no interior das unidades de produção, onde os interesses individuais, de posse e competitivos sobrepõem-se aos interesses coletivos, solidários e de classe. A ideologia liberal é algo que perpassa a totalidade da produção capitalista e atinge todos os espaços sociais, incluindo as relações familiares e da economia popular (CORAGGIO, 2000; TIRIBA, 2001), constituindo-se um pensamento comum em toda a sociedade capitalista. Porém, como se verá no próximo item, contraditoriamente, mesmo entre as unidades mais fechadas encontram-se relações de solidariedade nas particularidades e singularidades dos sujeitos da pesquisa.

Nas três unidades abertas, a produção da mais-valia não aparece de forma explícita como nas unidades fechadas e semiabertas porque o trabalho é realizado basicamente pelo trabalhador proprietário. Os trabalhadores empregados atuam com auxiliares do trabalhador proprietário e não existe uma divisão clara das tarefas. O preço dos produtos é calculado pelos salários dos trabalhadores empregados e do trabalhador proprietário.

Segundo os Depoentes 1, 5 e 6 o cálculo do preço do produto está basicamente relacionado ao salário dos trabalhadores e as características do cliente. De alguns pode ser cobrado mais do que de outros, depende muito do produto ou do valor de troca desse produto no mercado. Os valores dos serviços e dos produtos, considerando a forma expressa nas falas dos entrevistados, servem basicamente para as relações da economia capitalista ou dos serviços e produtos realizados para outras indústrias ou clientes com maior capital. Para Coraggio (2000, p. 122), “o mercado é um sistema de relações em que se estabelecem preços com base em relações mecânicas, mas também com base no poder, em acordos ou poderes de regulação ou autorregulação”, além de outros fatores comportamentais que se fundem em conhecimentos, valores e visões do mundo. Por isso, a dificuldade de estipular o preço do produto e dos serviços prestados, pois os mesmos dependem das relações competitivas no setor metalomecânico onde estão inseridos.

Outro fator é a relação de trabalho nessas unidades. Há dificuldade de identificar-se um processo explícito de produção da mais-valia, isso porque a produção não está vinculada diretamente a produtividade, isto é, como as encomendas normalmente são peças ou máquinas personalizadas, não existe uma demanda quantitativa e sim uma demanda de qualidade, o tempo de produção desse produto é flexível. Tem peças em que se vai levar mais tempo para produzir que outras e será cobrado o mesmo valor. Tem máquinas que se pensa que irá levar dois meses para fabricar e acaba levando três ou quatro, porém o preço do produto continua o mesmo. A reestruturação produtiva que passou o setor metalomecânico, que introduziu o salário por peça através das terceirizações, nada mais é do que transferir para o trabalhador os custos com os erros de produção e de planejamento. Por exemplo, se para produzir uma máquina em uma indústria que faz o pagamento por tempo, estima-se que levaria 60 dias e devido aos imprevistos leve 90 dias, o tempo de trabalho e o salário pago aos trabalhadores aumentaria 50%. Porém, ao efetuar o pagamento por peça, o tempo de trabalho não previsto vai ser trabalho não pago. Contudo, ao analisar a salário por peça, Marx (1985, p.140) afirma que “o salário por peça se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas”. Esse fato não é ignorado pelos sujeitos da pesquisa, como aparecem nas falas: “se o serviço atrasar o problema é do trabalhador”. Todos os entrevistados receiam os períodos de crise de produção no setor, o que leva a uma perda expressiva dos seus salários, além de não conseguir manter o emprego dos trabalhadores empregados, que compõem a família ampliada.

Porém, existem outras formas de calcular o preço dos produtos e serviços que não são tão simples assim, porque dependem da demanda da comunidade, tem produtos que não podem ser calculados pelo tempo, nem pelo valor de mercado e sim pelo seu valor de uso ou pelo costume. Muito do que é produzido, principalmente nas unidades de produção abertas, tem como finalidade atender a vizinhança e os costumes locais.

2.2 A reprodução da vida e o caráter familiar das unidades

O aspecto familiar está presente em todas as unidades investigadas. O caráter familiar dá-se em três aspectos: ocupação familiar dos espaços de trabalho; trocas de serviços; garantia de emprego dos membros da família.

A ocupação familiar dos espaços de trabalho observou-se nas relações dos Depoentes 2 e 3 (Irmãos); do Depoente 6 com sua mãe; do Depoente 1 com os genros e do Depoente 5 que trabalha em “um puxadinho” anexo a sua casa e ao lado da casa do seu pai. A troca de serviços entre os membros familiares observou-se na Unidade Núcleo, onde os seu genros realizam pequenos serviços para o Depoente 1. E também, na Unidade de Componentes Plásticos e na Retífica, os Depoentes 2 e 3 ocupam o mesmo espaço e trocam serviços entre si. Nessas unidades, a garantia de emprego dos membros da família ocorre indiretamente ao dispor-se os espaços de produção para pessoas da família ampliada trabalharem para si próprios. Já na Matrizaria, a ocupação dos espaços e a garantia do emprego da família dão-se diretamente porque Depoente 2 e esposa e Depoente 10 (filho) trabalham juntos e mesmo em época de crise, mantêm-se empregados juntamente com os trabalhadores mais antigos e que possuem relações afetivas, próprias da família ampliada. Para Coraggio (2000, p. 135), o aspecto familiar da Economia Popular levanta um tema a ser analisado que é a “relação entre produção e reprodução”.

O processo produtivo nas unidades observadas vai, além da simples reprodução do capital, o objetivo não é somente a produção de mercadoria, a valorização e o acúmulo de capital. Está presente o aspecto de reprodução da vida. Seria “impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas” (KRAYCHETE, 2000, p. 36). As relações construídas nas unidades de produção vão além das relações de produção capitalista, porque tanto a ocupação dos espaços, as trocas de serviços e o emprego familiar não têm como objetivo a valorização e reprodução do capital, mas, prioritariamente a reprodução da vida.

A vinculação do trabalho com a vida familiar é uma das características das unidades observadas, “é um bolo” como expressa o Depoente 1, os membros da família participam na oficina de diversas formas: tanto auxiliando na produção, como utilizando os espaços da oficina para realizar trabalhos para si próprios. Exemplo é a participação dos Genros do Depoente 1: um dos genros além de ocupar o “puxadinho” faz uso das ferramentas da Unidade Núcleo para fazer pequenos consertos em automóveis; o outro genro, como é técnico em eletrônica está sempre auxiliando na resolução de problemas elétricos e eletrônicos das máquinas que o Depoente 1 constrói. Outro exemplo mais relacionado à família ampliada é em relação ao trabalhador empregado na Unidade Núcleo, que utiliza o espaço e as ferramentas da oficina para produzir para si próprio.

Também se observou na relação dos Depoentes 3 e 4 que a relação familiar levou os dois a dividirem o mesmo pavilhão, onde ambos trabalham autonomamente, mas compartilham a mesma estrutura, vestiários, escritório e água, além do auxílio mútuo quando aumenta a demanda de serviços. Na Matrizaria, praticamente a base da produção é familiar, homem, mulher e filho projetam e desenvolvem os moldes.

As relações familiares observadas coincidem com o que Coraggio (2000, p. 106) já constava que “é de se esperar que cada unidade doméstica combine, à sua maneira, os seus próprios recursos e capacidades, e que o faça de diversas formas, inserindo-se de maneiras diversas ao longo do seu ciclo vital”. A combinação existente nas unidades de produção entrelaçam os interesses de reprodução da vida, da família com a reprodução do capital. Entre os seis trabalhadores proprietários constatou-se que o sonho de que o próprio negócio venha num futuro próximo crescer e tornar-se uma grande empresa está presente em quatro trabalhadores proprietários e pode ser sintetizado na fala do Depoente 5, para quem “existe dois tipos de pessoas: uma que vai querer sempre ser funcionário e uma que vai querer ser um patrão ou um gestor”. O “querer ser um patrão” pressupõe a visão capitalista dos sujeitos da pesquisa, porque ser patrão necessariamente está vinculado a contratar empregados que venham a produzir para o patrão que possui capital e necessita de força de trabalho para a sua valorização.

Parece que essa relação patrão-empregado tem significado diferenciado na Unidade Núcleo e na Tornearia, onde o trabalho é centrado nas habilidades e capacidades produtivas dos trabalhadores proprietários e seus auxiliares. Estes acabam ocupando temporariamente o papel de empregados, construindo uma relação que Enguita (1989) denomina de família ampliada. Tanto o Depoente 1 como Depoente 6 apontam alternativas para seus empregados num futuro próximo trabalharem por conta própria. O Depoente 1 possibilita ao seu trabalhador empregado realizar serviços autônomos no próprio espaço de trabalho e o Depoente 6 está se preparando para deixar a tornearia para seu Aprendiz (Depoente 7). Relações essas confirmadas pelas observações e entrevistas realizadas com os Depoentes 7 e 8.

2.3 A contradição: solidariedade e valorização do capital

A contradição observada é que as relações de produção construídas nas unidades encontram-se entre os interesses de solidariedade sem fins lucrativos e os interesses individuais de

acúmulo de capital, sendo que nas unidades fechadas e semiabertas predominam os interesses de acúmulo de capital e nas unidades abertas predomina a solidariedade. Porém, a contradição existente é que a solidariedade só é possível porque os sujeitos possuem certo acúmulo de capital que lhes garante disponibilizar certos recursos à coletividade e o acúmulo de capital. Isto, só foi possível, porque existe um espaço cultural solidário o qual possibilitou o sujeito produzir, comercializar e acumular capital. Para entender essa contradição, centrar-se-á na análise da história de construção e nas relações estabelecidas pela Unidade Núcleo, a qual se assemelha à maioria das pequenas unidades criadas no processo de reestruturação produtiva da Serra Gaúcha. A solidariedade nessas unidades de produção tem outra dimensão que a existente entre empregados da grande indústria que se organizam com o objetivo de sobrevivência e na luta contra a opressão do capitalista proprietário dos meios de produção. A solidariedade está mais próxima da ajuda mútua, no sentido de reprodução ampliada da vida, visando ao auxílio para que “os companheiros” os quais se encontram como empregados, amanhã sejam capazes de trabalhar por conta própria.

A ideia de trabalhar por conta própria surge fruto do processo de reestruturação produtiva do capital que adotou a terceirização de parte do processo produtivo e de serviços. Esse processo precarizou as relações trabalhistas, transformando um contingente significativo de trabalhadores experientes em trabalhadores desempregados e subempregados. No que se refere a esse processo, Kuenzer (2005) denominou de “exclusão includente” onde o capital exclui o trabalhador dos postos de trabalho com carteira assinada e inclui os mesmos através da terceirização e da subcontratação. Porém a inclusão não ocorre de forma espontânea, o trabalhador para se incluir necessita de uma rede de cooperação informal e solidária para a sua inclusão. A cooperação informal ou solidária depende das relações de amizade e da solidariedade dos antigos companheiros de trabalho, tanto em forma associada de produção quanto através de empréstimos de espaços, ferramentas e troca de serviços.

As relações construídas durante o tempo de trabalho como empregado criam as condições necessárias para a construção do próprio espaço de trabalho. No caso do Depoente 1, as relações de amizade e companheirismo que levaram o abandonar o emprego e a se aventurar no trabalho por conta própria. Isto se deu juntamente com dois colegas de trabalho, contraditoriamente, isto, também foi um dos motivos de rompimento dessa relação, porque enquanto o Depoente 1 agia na “camaradagem”, seus colegas tratavam-no como um empregado que tinha uma participação nos lucros. Aqui, aparece a dificuldade de realizar-se

um trabalho em sociedade, sem que exista uma compreensão ampliada da divisão do trabalho e dos excedentes. Tanto o Depoente 1 com o Depoente 6 relatam a dificuldade de trabalhar de forma associada, eles preferem trabalhar sozinhos.

Segundo o Depoente 1, essa dificuldade estaria na divisão das tarefas e na divisão das sobras ou dos excedentes. O que o levou ao rompimento desse processo foi que a divisão das sobras ocorria pela quantidade de capital investido e não pela quantidade de trabalho investido no processo produtivo. A divisão das sobras parece que é uma questão cara para todo o trabalho associado, observa-se nos estudos de Tiriba (2001) e Santos (2010) que o princípio de igualdade seria o mais aceito entre os trabalhadores associados. Porém, como no caso estudado por Santos (2011), essa igualdade estaria vinculada à cota de capital investido de cada associado. Isso leva a pergunta, se numa produção associada deva-se valorizar o capital ou o trabalho? Parece que essa é uma contradição inerente ao capitalismo, onde o trabalho é o principal elemento de valorização do capital, porém o capital acumulado apresenta-se como um valor absoluto em relação ao trabalho vivo. Mesmo numa produção associada, parece que o trabalhador tem que produzir mais-valia, a qual será apropriada proporcionalmente ao capital investido no processo.

Essa foi a reclamação do Depoente 1, em relação aos seus sócios, ele trabalhava o dobro do tempo de seus sócios, porém o excedente de seu trabalho era dividido em partes iguais conforme o capital investido. A relação estabelecida nessa sociedade foi que os sócios investidores não dispensavam tempo de trabalho para valorizar seu capital, a valorização dava-se pelo tempo de trabalho majoritariamente de um dos sócios. A relação entre os sócios dava-se da mesma forma patrão-empregado, porque o Depoente 1 além de produzir para a sua subsistência, tinha que produzir excedente para valorizar o capital investido por ele e seus sócios. Foi essa relação de exploração que levou o Depoente 1 a trabalhar por conta própria.

Contudo, o trabalho por conta própria depende das relações solidárias estabelecidas no âmbito familiar, entre amigos e na comunidade local. O trabalho por conta própria do Depoente 1 inicia com a venda de um serviço ou de uma ideia de um produto, o processo produtivo vai ocorrer em casa, em local emprestado ou através de trocas de serviços com outras unidades autônomas. O Depoente 1, antes de construir o espaço de sua oficina, construía apenas “peças pequenas” que “pudesse montar em qualquer lugar emprestado”. Hoje, após construir o próprio pavilhão, ele continua contando com o empréstimo de ferramentas e cedendo espaço e

ferramentas para outros trabalhadores que se encontram em mesma situação ou iniciando no trabalho por conta própria. Como exemplo, tem-se: o Depoente 5 que se encontra em processo de construção de sua unidade e o Depoente 8 que utilizam os espaços e ferramentas da Unidade Núcleo com a finalidade de produzir para si, além de outros trabalhadores que vão à oficina pedir emprestado ferramentas e usinar peças. Do mesmo modo, Depoente 1 utiliza-se dos espaços e ferramentas de outras unidades, por exemplo: para produzir peças em quantidade, solicita os serviços da Matrizaria em Caxias do Sul-RS e pede emprestado aos Depoentes 5 e 6 ferramentas e materiais.

Contraditoriamente, essa solidariedade, onde predomina a ajuda mútua, a valorização da vida é incorporada ao processo produtivo no sentido de redução dos custos de produção e, conseqüentemente, vai influenciar no valor final da mercadoria, contribuindo, assim, para a reprodução ampliada do capital. A solidariedade, aqui, em muitos aspectos, representa o trabalho não pago pelo capital, isso porque no momento que um trabalhador realiza um trabalho de usinagem sem cobrar ou porque vai ser repostado por outro serviço, esse trabalho não remunerado faz com que se reduza o preço da mercadoria e fique mais competitivo no mercado.

Como exemplo, analisou-se o processo de construção dos gatilhos de escopeta. Este processo foi observado desde a produção propriamente dita até a comercialização do produto. Um cliente do Depoente 1, solicita a produção de 100 gatilhos de escopeta, Depoente 1 em conversas seu auxiliar e com o cliente projetam o gatilho modificando um modelo já existente. O Depoente 1 leva 10 horas para projetar o gatilho, auxiliar leva oito horas para usinar um gatilho para ser testado pelo cliente. O gatilho necessita de alguns ajustes, Depoente 1 leva mais oito horas para fazer os ajustes e modificar o projeto. Depois de feitos os ajustes, Depoente 1 leva o projeto e o material para usinar os gatilhos na Matrizaria em Caxias do Sul-RS, o Depoente 10 leva quatro horas para programar e usinar as peças. Depoente 1 retorna a Canela-RS, o auxiliar leva mais seis horas para tirar as rebarbas e mais 20 horas para fazer os furos e as roscas nos gatilhos. Novamente, Depoente 1 retorna a Caxias dos Sul para fazer o tratamento químico dos gatilhos, retorna a Canela-RS e entrega os gatilhos ao cliente. Somando as horas de trabalho e o material utilizado aproximadamente têm-se os seguintes valores:

Tabela 1: Exemplo de como a solidariedade é incorporada pelo capital

Horas de trabalho e material utilizado	Valor hora	Total
- 34 horas de trabalho do Auxiliar	R\$ 30,00	R\$ 1020,00
- 18 horas de projeto e ajustes do Depoente 1	R\$ 30,00	R\$ 540,00
- 8 horas de transporte - Depoente 1	R\$ 30,00	R\$ 240,00
- 4 horas de trabalho do Depoente 10	Solidária	Solidária
- Combustível e pedágio do carro do Depoente 1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
- 1 hora de trabalho de tratamento químico	Solidária	Solidária
- Uma chapa de alumínio (1 Mt x 1 Mt x 3/4,5 m/m)	R\$ 50,00	R\$ 50,00
- Gastos com energia e uso das ferramentas		R\$ 650,00
Total		R\$ 2.600,00

Fonte: Os autores

Nessa tabela, tentou-se demonstrar como é cobrado o valor de R\$ 26,00 por gatilho projetado e produzido pela Unidade Núcleo, contando com sua rede de cooperação. Como esse trabalho é feito em forma de “Cabrito” quem estipula a valor da hora extra é o próprio auxiliar que cobra em média R\$ 30,00. O Depoente 1 cobrou o mesmo valor por hora tanto para projetar como para levar o material a ser usinado em Caxias do Sul-RS, porém só foi possível fazer um preço de R\$ 26,00 por peça, porque o Depoente 10 não cobrou o trabalho de usinagem, nem a Unidade de Tratamento Químico cobrou o serviço, por ser uma pequena quantidade de alumínio a ser tratada. Já o consumidor final, ao comprar o gatilho na loja vai pagar R\$ 60,00 reais o gatilho, o trabalho solidário não pago é acumulado pelo dono do capital que contratou os serviços de construção do gatilho e que realiza a comercialização do mesmo. Porém, o cliente que encomendou os gatilhos não pode ser considerado como um explorador só porque encomendou os serviços, ele também trabalha por conta própria e só consegue comercializar os gatilhos porque a rede de cooperação solidária estabelecida na região possibilita a produção de uma mercadoria com qualidade e com preço inferior aos produtos similares existente no mercado. No entanto, a lógica é a mesma estabelecida pelo grande capitalista ao terceirizar serviços, reduz-se o custo de produção porque incorpora o trabalho solidário na mercadoria e consegue um acúmulo maior de capital graças ao trabalho solidário não remunerado.

Mas a solidariedade observada durante o processo de produção e que perpassa as redes de cooperação estabelecidas pela pequena unidade de produção não se restringe aos aspectos produtivos, essa solidariedade faz parte das relações culturais dos trabalhadores que em sua experiência cotidiana percebem que para sobreviver na sociedade capitalista necessitam estabelecer uma rede de ajuda mútua. Como ensina Tiriba (2001, p. 349) “a solidariedade é um elemento fundamental que acompanha a convivência cotidiana dos setores populares. Ela

é uma das condições para preservar e melhorar a qualidade de vida e, ao mesmo tempo, é um dos elementos constitutivos das relações econômicas”. Outro aspecto da contradição é que a rede de cooperação estabelecida pelas pequenas unidades de produção autônomas principalmente pelas unidades abertas parece que recupera para a comunidade local: os conhecimentos e os meios de produção que anteriormente só tinham acesso através do consumo de produtos em que sua produção e concepção eram alheias à cultura local.

A Unidade Núcleo ao mesmo tempo em que incorpora trabalho solidário para produzir com baixo custo, máquinas-ferramentas para a indústria farmacêutica de capital internacional, dispõe desse conhecimento para produzir pequenas ferramentas para a comunidade local.

A incorporação do trabalho solidário local ao capital global não se dá apenas nas usinagens de peças não remuneradas, envolve outras trocas de serviços como: a) para fazer o polimento das peças, o Depoente 1 precisa da Esmerilhadeira de Chicote emprestada pelo Depoente 5; b) para instalar a parte elétrica e eletrônica das máquinas ele conta com trabalho solidário de um dos seus genros (Técnico em Eletrônica e Eletrotécnica) que é trabalhador empregado na Empresa A e fora do horário faz a instalação e programação das máquinas; c) utiliza, no processo produtivo, materiais doados por sucatas e outras unidades de produção que compõem a rede. São exemplos de como a solidariedade constituinte do processo produtivo é capturada para a valorização do capital. Com isso, aponta-se que a reestruturação produtiva do capital não somente captura a subjetividade do trabalho vivo (ANTUNES, 2009; SANTOS, 2010; ALVES, 2011), manifestado através da criatividade, engenhosidade e trabalho em equipe, como captura os aspectos culturais de solidariedade do trabalhador como forma de valorização do capital.

Para Tiriba (2001, p. 236) a subjetividade do trabalhador não pode ser entendida somente como as “relações vividas no ambiente de trabalho, mas constrói-se e se reconstrói a partir das diferentes experiências vividas em diferentes macroprocessos e redes complexas que se apresentem como expressão dos diversos planos de uma realidade histórico-social mais ampla”. A complexidade das redes de cooperação observadas envolve aspectos de solidariedade que vão além das relações de produção, contribuindo para a construção de relações comunitárias locais que possibilitam a socialização de meios de produção adquiridos no processo de reestruturação produtiva do capital.

Porém, contraditoriamente, os sujeitos pertencentes às classes populares apropriam-se dos meios de produção que anteriormente pertenciam aos grandes capitalistas e, hoje, através da complexa rede de cooperação solidária, conseguem produzir bens e serviços baseado na lógica da economia popular e não na lógica da economia capitalista. Como exemplo, tem-se a produção de ferramentas para outras unidades familiares e instituições: marcenarias, açougues, pequenos agricultores, centros comunitários, escolas, entre outras. Quando um membro da comunidade procura os serviços da pequena unidade de produção, já sabe que os serviços serão feitos basicamente em forma de “favor” ou por um preço simbólico.

Como exemplo de preço simbólico, foi o da produção de uma ferramenta para cortar casca de laranja. Para projetar e produzir a ferramenta, ocupou-se aproximadamente 10 horas de trabalho do Depoente 1 e 10 horas de trabalho do Depoente 8, mais o material utilizado e os gastos com máquinas e ferramentas. Se fosse utilizar o mesmo cálculo para a produção dos gatilhos essa ferramenta sairia pelo valor de R\$ 800,00. Porém como é uma ferramenta que será utilizada para a produção na economia popular foi cobrado o valor simbólico de R\$ 200,00 e quem recebeu o valor foi o Depoente 8 como forma de pagamento do trabalho extra. Segundo Coraggio (2000), uma das características da economia popular é que existe uma diversidade das formas de remuneração e que não chega a possibilitar acumulação de capital, necessitando do trabalho constante para garantir a reprodução da vida. Nesse aspecto, tanto os consumidores locais como as unidades de produção investigadas enquadram-se nessa característica porque a reprodução ampliada da vida depende do trabalho, pois não possibilita o acúmulo de capital necessário para viver de investimentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solidariedade presente na cultura do trabalho tem forte apelo à melhoria econômica dos membros da comunidade e da reprodução ampliada da vida, ainda distante de uma consciência de classe. Contudo, mesmo que essa cultura do trabalho não incorpore aspirações transformadoras ou de envolvimento ativo na política de Estado, ela contribui significativamente para a construção de uma consciência de classe. Conforme Thompson (1987a, p. 10), a consciência de classe é a forma como experiências de trabalho “são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Para esse autor não existe uma forma única do surgimento da consciência de

classe e depende muito da experiência acumulada dos sujeitos sociais. Com base nesse autor, Vendramini e Tiriba (2011, p. 13), o conceito de classe “não se tratar de um conceito estático, a análise da classe trabalhadora hoje, na sua complexidade, pressupõe a análise de seu (re)fazer-se no processo histórico”. Sendo assim, ao estudar: como os trabalhadores reorganizam-se no trabalho, no contexto da reestruturação produtiva e suas redes de cooperação produtiva e solidárias, as redes, permeadas pelos costumes comunitários locais podem ser pensadas como manifestações de consciência de classe. Isto, porque se constituem em formas de resistência à lógica do capital de transformar tudo e todos em mercadoria com determinado valor de troca. Sendo assim, isto é a reprodução ampliada da vida em conflito com a reprodução ampliada do capital.

Assim pode-se concluir que, na particularidade regional, a sobrevivência das pequenas unidades de produção autônomas depende das redes de cooperação solidárias onde a existência de trabalho não remunerado garante a permanência desses trabalhadores no setor metalomecânico. Em outras palavras, o capital captura as relações solidárias como estratégia de valorização para a sua reprodução ampliada. Também se observou singularidades que estabelecem relações econômicas populares e solidárias que priorizam a reprodução ampliada da vida que, embora alimente a reprodução do capital transcende essa lógica de acumulação.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Paulo Peixoto. Redes de cooperação. In. CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 307-310.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. 164 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação: negação do trabalho. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.

CORAGGIO, José Luiz. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In. KRAYCHET, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petropolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 91-141.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.



FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. In: CATTANI, Antônio David; et. al. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 293-298.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHET, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

KRAYCHETE, Gabriel; SANTANA, André. Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva: conceitos e políticas públicas In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. n. 52, agosto, 2012. Brasília: Ipea: MTE, 2012. p. 55-62.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, João Claudinei. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 598 p.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antônio David; et. al. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 278-283.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro Primeiro. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. Volume I. Tomo I (Os economistas).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro Primeiro. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985. Volume I. Tomo II (Os economistas)

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 34-58.

SANTOS, Geraldo Márcio Alves dos. **Pacto para viver: a mobilização de saberes na produção associada, gestão e organização do processo de trabalho e maquinaria em uma indústria metalúrgica**. Niterói: UFF, 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense- UFF, 2010.

THOMPSON, E.P.. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. 204 p. Volume I.

TIRIBA, Lia. **Educação popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. 400 p.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. In: Reunião Anual da ANPED, 34., 2011. Natal – RN: entre 2 e 5 de outubro de 2011. 19 p.

POPULAR ECONOMY INTERWEAVING WITH CAPITALIST ECONOMY: THE CASE OF METALLURGIC WORKERS ORGANIZED IN SMALL PRODUCTION PLANTS IN SERRA GAUCHA

***Abstract:** This paper is part of my doctoral studies in Education and aims to analyze the relationship among simple, solidarity and community cooperation established by metallurgic workers organized in small plants in Serra Gaucha. This relationship constitutes what is being called of popular economy interweaving with the capitalist economy. As investigative strategy a participant observation was done in six small production plants in Canela and Caxias do Sul, in Rio Grande do Sul state; and, a semi structured interview with ten metalworkers who agreed to be part of the research. The data analyses were based on the theoretical references of the historical and dialectical materialism As result was observed that: the small production plants surviving depends on the solidarity cooperation nets, where the existence of non-paid work guarantee the remaining of these workers in the metal mechanic sector; the capital capture the solidarity relationship as strategy of valorizing its wideness reproduction and, the singularities that establish relationships of popular and solidarity economy which prioritize the life wideness reproduction, that, although nurturing the capital reproduction it transcends the accumulation logic.*

Keywords: Popular economy; Metallurgic work; Cooperation; Capital reproduction

PROJETO COOPERARUA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

CARVALHO, Maria Luisa¹ – mluisacarvalho@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Avenida Sete de Setembro, 3165
CEP 80230-901 - – Curitiba – Paraná – Brasil

ZAZULA, Marilene Beatriz² – marilene.zazula@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Avenida Sete de Setembro, 3165
CEP 80230-901 - – Curitiba – Paraná – Brasil

SYLVIO, Helena Cantão de³ – helenacantao@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Avenida Sete de Setembro, 3165
CEP 80230-901 - – Curitiba – Paraná – Brasil

***Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de experiência do Projeto COOPERARUA que visou fomentar iniciativas de inclusão socioeconômica desta população, por meio da economia solidária, construindo empreendimentos econômicos solidários e/ou inserindo-os naqueles já existentes que possibilitassem a geração de renda, bem como a criação de uma rede de articulação dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil para defesa e apoio à PSR. Durante os anos de 2015 e 2016 foram realizadas inúmeras ações, como mapeamento da PSR de Curitiba, rodas de conversa, clubes de troca, cursos de agente de desenvolvimento local, seminários, intercâmbios de experiências e cursos de capacitação para o trabalho, todas pautadas nos princípios e metodologia da Educação Popular de Paulo Freire e da Economia Solidária. O projeto demonstrou os avanços, os limites e os desafios que é trabalhar com esta população, devido a sua forma diferenciada de pensar o trabalho, além de suas necessidades estarem atreladas a profundas questões sócio-emocionais que acabam se*

¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), mestre em Administração e psicóloga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Graduanda em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

tornando prioridade na vida da PSR. Neste sentido, este trabalho traz uma reflexão quanto a contribuição e desafios da Economia Solidária à PSR.

Palavras-chave: *Economia Solidária. População em situação de rua. Trabalho. Inclusão social.*

1 INTRODUÇÃO

Estima-se que no Brasil, de 2007 a 2008, havia cerca de 50 mil pessoas em situação de rua, em 71 municípios com mais de 300.000 habitantes, sendo 2776 em Curitiba (BRASIL, 2009b). Considera-se que diante das crises políticas e financeiras agravadas a partir de 2014, e consequente avanço de políticas neoliberais, cortes em investimentos na área social e aumento do desemprego, esse número tenha aumentado.

Os fatores que levam as pessoas à situação de rua são diversos e complexos: conflitos familiares, alcoolismo e o uso de outras substâncias psicoativas, transtornos psíquicos, desastres ambientais, êxodo rural, dificuldades de reinserção por egressos do sistema penitenciário, desemprego, dentre outros. Entretanto, as ações voltadas para a população em situação de rua, seja no âmbito público quanto da sociedade civil, pautam-se fortemente no assistencialismo e em tentativas de inserção no mercado de trabalho capitalista precarizado e excludente que não raro, levou essas pessoas, pelo desemprego, a morar nas ruas. O resultado é a dependência e perpetuação do problema, ao invés de seu enfrentamento. É, portanto, imperativo, pensar em outros caminhos para enfrentar essa situação e que sigam uma racionalidade diversa do capitalismo, cooperativa, solidária, includente e emancipatória. Será a Economia Solidária uma via possível?

O presente artigo, visa discutir essa questão, ao analisar a experiência do Cooperera Rua: as ações, as dificuldades, as aprendizagens e os limites encontrados ao longo do projeto, para aproximar a Economia Solidária e a população em situação de rua. As informações aqui contidas foram coletadas por meio experiências das autoras, bem como da consulta a um livro que relata a experiência do projeto Cooperera Rua (SOUZA e LIMA, 2017, no prelo).

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, CAPITALISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Decreto Presidencial nº 7.053 de 2009 define a população em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a)

Silva (2009), ao fazer um resgate histórico sobre a população em situação de rua, remonta à transição do feudalismo para o capitalismo, quando expropriados dos meios e instrumentos de produção, os servos migram para as cidades, para vender sua força de trabalho. Uma vez que não há espaço para todos, forma-se o exército de reserva que passa a tentar sobreviver nas ruas. No Brasil, os estudos iniciam somente a partir de 1980, período posterior a um processo intensivo de êxodo rural, e tornam-se mais frequentes nos anos 90, pois com a implantação da política neoliberal que gera elevados índices de desemprego e redução dos investimentos na área social observa-se um aumento expressivo da população em situação de rua.

Conforme aponta Santos (1999), o capitalismo buscou manter um certo controle sobre a desigualdade e a exclusão, evitando extremos, mas com o advento do neoliberalismo, há uma crise do modelo de regulação social, de produção e manutenção das desigualdades e da inclusão. Nas últimas décadas do século passado, conforme apontam Bauman (2005) e Castels (1997), há um número crescente de produção de “refugo, de lixo humano”, de “sobrantes”, pessoas invalidadas pela conjuntura econômica e social, que incluem os refugiados, os migrantes, a população em situação de rua. São pessoas que ou já estiveram inseridas do mercado de trabalho e, ao ficarem desempregadas, não conseguem mais se incluir na atividade formal, ou, que já nascem em uma situação de miserabilidade, nunca tendo conseguido alcançar um trabalho e uma condição de vida minimamente decentes. A raiz social da exclusão, entretanto, é omitida, e culpabiliza-se o excluído por sua condição, reafirmando a lógica do individualismo e da meritocracia. São taxados de andarilhos, forasteiros, vagabundos e bêbados.

Essa breve explanação levanta uma questão: como promover a inclusão das pessoas em situação de rua numa sociedade excludente? Por onde começar a inclusão, uma vez, que essa população está alijada de todos os direitos básicos? Se essa inclusão for pela via do trabalho, qual o caminho seguir? Terão condições de se reinserir em condições dignas ou terão que se

sujeitar a trabalhos precarizados? Será a única via, a do emprego assalariado altamente seletivo e excludente?

Tais questionamentos levantam a importância e urgência de se buscar outros caminhos.

Nesse sentido, apresenta-se a Economia Solidária, que no Brasil, surge a partir da década de 90, a partir de diversas experiências (clube de trocas, associações de trabalhadores, etc) que visavam, primeiramente, gerar trabalho e renda, para a população excluída. Singer (2007) a conceitua, ousadamente, como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, posse coletiva dos meios de produção e autogestão. Já no site do Ministério do Trabalho e Emprego (2015), há uma definição mais restrita a questão econômica, afirmando-se que a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. De fato, há perspectivas diversas, até divergentes, no campo da Economia Solidária: uma, ideologicamente inspirada em princípios neoliberais, pragmática e reformista, concebe-a como paliativo para a inevitável exclusão e outra procura vincula-se aos movimentos de transformação da ordem social, mudanças estruturais da sociedade, sob inspiração utópica, ligada à movimentos da esquerda. No presente artigo, comunga-se com a segunda posição. Nesse sentido ressalta-se que a Economia Solidária, possui três dimensões, conforme definido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (CIRANDAS, 2016):

- *Econômica*: realizar a atividade econômica (produção, serviços, comércio, finanças e consumo) baseada na autogestão;

- *Cultural*: agir econômico e demais dimensões da vida pautados no respeito à natureza e na cooperação.

- *Política*: ser um movimento social que visa mudança social, outro modelo de desenvolvimento pautado na solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Em 2013, dentro das ações do governo federal da presidente Dilma Roussef para erradicação da extrema pobreza no Brasil, as ações da Economia Solidária foram ampliadas para beneficiar a população em situação de rua, sendo considerado como um objetivo estratégico do governo ampliar as ações de prevenção e redução de vulnerabilidade social desse grupo, por meio de projetos em parceria com governos municipais e organizações da sociedade civil (SINGER, SILVA E SCHIOCHET, 2014). As experiências que aproximam a Economia Solidária e a população em situação de rua ainda são incipientes. Gihardi *et al* (2005) ao realizar um projeto que visava constituir uma cooperativa com pessoas em situação de rua encontram dificuldades como rotatividade, limitação tempo do projeto x tempo necessário para concretizar

a ação, predomínio da visão assistencialistas nos equipamentos, forte presença do significado do trabalho assalariado capitalista com dificuldade em pensar outras possibilidades, dificuldade em assumir o protagonismo e a autogestão. Apesar das dificuldades citadas, há que se considerar que o ingresso em relações de produção solidária, para além de geração de trabalho e renda, podem contribuir para o resgate de vínculos afetivos e sociais das pessoas em situação de rua (MENDES MATTOS, HELOANI E FRANKLIN FERREIRA, 2008).

Passa-se agora aprofundar a discussão dos limites e possibilidades da aproximação entre Economia Solidária e população de rua, a partir da experiência do Projeto CooperarRua.

3 O PROJETO COOPERARUA

Em 2014, fruto das reivindicações e luta do Movimento Nacional da População em Situação (MNPR), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) lançou um edital específico para ações de Economia Solidária junto à População em Situação de Rua. O MNPR de Curitiba convidou o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), organização da sociedade civil com 26 anos de experiência em educação e organização popular, para elaboração de um projeto. Construiu-se então, o “Gerando renda e criando dignidade com a população em situação de rua” - o CooperarRua. A Tecsol – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Campus Curitiba) – foi uma das parceiras do projeto, prestando assessoria técnica e participando de diversas etapas.

O projeto foi realizado durante os dois anos e meio, entre 2015 a 2018, e teve por objetivo geral fomentar iniciativas de inclusão socioeconômica da população em situação de rua na cidade de Curitiba, por meio da Economia Solidária, construindo empreendimentos econômicos solidários e/ou inserindo essa população naqueles já existentes, para possibilitar geração de renda e autonomia, bem como a criação de uma rede de articulação dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil para defesa e apoio a essa população.

A metodologia do projeto CooperarRua pautou-se na Educação Popular de Paulo Freire, caracterizada pela participação, pelo diálogo entre diversos saberes, pela análise crítica e perspectiva de transformação da realidade visando a emancipação dos sujeitos. Assim, embora houvesse um projeto inicial construído por membros do CEFURIA em diálogo com o MNPR de Curitiba, à medida que se passou a ação, cada etapa foi discutida e repensada, não se buscando implantar uma “solução” ou saber pronto, mas trocar e construir saberes, conjuntamente com os participantes do projeto (equipe contratada, pessoas em situação de rua,

Movimento da População em Situação de Rua, trabalhadores/as de equipamentos sociais e instituições que atuam junto a população em situação de rua, membros da Tecsol).

A equipe do projeto foi composta por nove pessoas, incluindo educadores/as populares e membros do MNPR como formações diversas, que foram contratadas com os recursos do projeto, ocupando as seguintes funções: coordenador (responsável por acompanhar e orientar política e pedagogicamente o desenvolvimento das atividades), duas gestoras (controle da utilização dos recursos financeiros; dois educadores populares (acompanhamento das atividades); três agentes locais (mapeamento da população em situação de rua) e uma comunicadora popular (divulgação das ações do projeto). Contou ainda com um Comitê Gestor composto pelo CEFURIA, MNPR, entidades que realizam ações junto a população em situação de rua em Curitiba, Superintendência Regional de Trabalho Emprego do Paraná (SRTE/PR) e Tecsol.

A sequência de atividades realizadas seguiu um movimento gradual e crescente, da reflexão à ação: mapeamento de população em situação de rua em Curitiba, folheto informativo, rodas de conversa, cursos de agentes de desenvolvimento local, intercâmbio e primeiras experiências em Economia Solidária, oficinas técnicas e de princípios da Economia Solidária e seminários sobre Economia Solidária e População em Situação de Rua. Estabeleceu-se uma estrutura-base presente nas diversas ações:

- *Mística/reflexão*: por meio de expressões artísticas (música, fotos, poesias, dentre outras) que, geralmente, remetiam a temática a ser trabalhada, visava-se criar um clima de acolhimento, despertar o interesse para participar da atividade.

- *Apresentação dos participantes*: promovia a maior integração, a quebra do anonimato e a identificação entre os membros do grupo.

- *Metodologia participativa*: atividades realizadas, majoritariamente, em formato de roda para estimular a participação e a troca de saberes.

- *Intervalo*: em atividades mais longas, além do descanso, promovia a integração dos participantes, a troca de ideias, o esclarecimento de dúvidas.

- *Avaliação das atividades por parte dos participantes*: ao término de cada atividade, realizava-se uma avaliação que auxiliava no planejamento da atividade seguinte, bem de servia como aprendizagem para futuras experiências.

- *Avaliação interna e planejamento*: a equipe reunia-se para avaliar as atividades realizadas e planejar as ações seguintes.

Descrita a metodologia geral do projeto Coopera Rua, passa-se a apresentar e analisar as atividades desenvolvidas durante seus dois anos e meio de sua execução.

3.1 Mapeamento

Uma das primeiras atividades do projeto foi o mapeamento da população em situação de rua e dos espaços que ofereciam serviços a essa população em Curitiba. Foi realizado por educadores/as populares e três integrantes do MNPR pertencentes à equipe contratada. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais que abordaram aspectos pessoais, trajetória e permanência na rua, escolaridade e experiências de trabalho, dentre outros. A coleta ocorreu em praças, equipamentos públicos e outros lugares de concentração da população em situação de rua. Não é possível nesse artigo apresentar e discutir os dados obtidos por meio do mapeamento, porém, destaca-se o fato de que a pesquisa identificou que cerca de 75% dos entrevistados/as eram do Paraná, em grande parte de Curitiba e região metropolitana, e cerca de 59,6% já residiam em Curitiba há mais de 10 anos, o que vem ao encontro ao processo de urbanização da capital, que expulsou a população mais pobre para as cidades vizinhas, convertendo-as em cidades-dormitórios, com baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, bem como contradiz o senso comum de que a população em situação de rua da capital paranaense é composta por pessoas advindas de outros estados do país e andarilhos.

Em relação aos equipamentos públicos e conveniados visitados, identificou-se: cinco centros de referência especializados em população de rua (Centro POP), três Centros de apoio Psicossocial (CAPSI), três unidades de acolhimento institucional (UAI), uma Casa das Mulheres, um Centro de Convivência, um Consultório de Rua e a Defensoria Pública. Também foram identificados 7 equipamentos conveniados, sendo dois destinados a crianças e adolescentes, sendo a maioria ligados a igrejas e realizam ações assistenciais como prover alimentação e banho.

O mapeamento permitiu conhecer melhor a população em situação de rua de Curitiba, aproximar a equipe da mesma e dos trabalhadores/as dos equipamentos. Os resultados obtidos serviram como uma espécie de diagnóstico para repensar as etapas seguintes e ações futuras necessárias para além do projeto.

3.2 Folheto informativo

Durante as entrevistas do mapeamento, muitas pessoas demandaram informações sobre políticas e serviços/equipamentos públicos. Para que fosse possível dar um encaminhamento

mínimo às demandas apresentadas, a equipe reuniu informações dos principais equipamentos em um panfleto informativo.

3.3 Rodas de conversa

As rodas de conversas tiveram por objetivo realizar uma formação política, apontar possibilidades de retorno aos estudos e, principalmente, aproximar a população em situação de rua da educação popular e da equipe do projeto. Favoreceram que a equipe identificasse os anseios e conhecesse melhor a realidade vivida por essas pessoas, o que contribuiu para detectar possibilidades e dificuldades que o projeto enfrentaria. Foram realizadas cerca de 80 rodas de conversa, em diferentes locais que atendiam a população em situação de rua, respeitando suas rotinas e infraestrutura. Devido às exigências burocráticas que levavam muito tempo para serem atendidas, não foi possível realizar a atividade em equipamentos públicos. Uma estratégia interessante foi realizar as rodas de conversa próximo aos horários de refeições e outras atividades desenvolvidas nos locais, seja porque eram momentos de maior concentração de público, seja, porque pode-se ocupar tempos ociosos das filas de espera. Um outro aspecto que se mostrou relevante foi o de oferecer alimentação durante a atividade (um café, um lanche), pois esse gesto tem uma conotação não apenas de sobrevivência, mas de partilha, o que favoreceu a participação e a uma aproximação mais informal.

As temáticas trabalhadas nas rodas de conversa versaram sobre Cultura e Arte na rua, Direitos Humanos, Políticas Públicas e Economia Popular Solidária e foram coordenadas por 10 assessores/as técnicos/as contratados/as de acordo com a experiência e conhecimento. Também estiveram presentes membros do MNPR de Curitiba, o que foi fundamental para que as pessoas conhecessem e se aproximassem do movimento.

As rodas de conversa foram momentos de reflexão, de diálogo e de troca de saberes, bem como possibilitaram que aflorassem questões emergenciais da população em situação de rua (habitação, alimentação, saúde, trabalho, violência, etc). Ao longo da atividade buscou-se superar a mera crítica e denúncia e pensar ações de transformação social, bem como, teve-se que lidar com o imediatismo e ansiedade por respostas prontas, como questionamentos sobre o projeto não possibilitar aos participantes o acesso a um emprego ou saída da situação de rua. Nesse sentido, os/as educadores/as procuraram fomentar a reflexão e resgatar os objetivos, possibilidades e limites do projeto.

A experiência das rodas de conversa possibilitou várias aprendizagens como a necessidade da equipe estar preparada para mediar conflitos; definir e comunicar a

periodicidade dos encontros para evitar rotatividade e baixa participação e contratar pessoas com experiência em Educação Popular e/ou pessoas em situação de rua para trabalhar as temáticas a fim de não gerar distanciamento e o uso de metodologias pouco atrativas.

3.4 Curso Agentes de Desenvolvimento Local (ADL)

Realizado em duas edições, teve por objetivo aprofundar a discussão sobre os fatores que contribuem para a permanência das pessoas na situação de rua e pensar alternativas para superação desse problema por meio da organização popular e criação de uma rede de apoio. A proposta do curso foi amadurecida a partir das experiências advindas do mapeamento e das rodas de conversa e a equipe contratada também contou com o apoio de uma assistente social, uma educadora popular e um integrante do MNPR, somando a experiência deles com a trajetória de educação popular do CEFURIA.

A primeira edição teve a participação de pessoas em situação de rua, profissionais que atuam junto a essa população, membros do MNPR e da Tecsol, num total de 11 pessoas. Foram 10 encontros, com frequência semanal, no período da tarde.

Embora se use a nomenclatura “curso”, cabe destacar que essa formação também se deu a partir da Pedagogia Freiriana, e abordou: a realidade da população em situação de rua, o trabalho na sociedade capitalista, a proposta da Economia Solidária, movimentos sociais e organização popular, educação popular, políticas públicas e direito à cidade, relações de gênero, étnico-raciais e diversidade. As temáticas foram diversas, pois a situação da população em situação de rua é complexa, e requer não apenas a preocupação com a geração de trabalho e renda.

Durante os encontros, foram levantadas dificuldades encontradas pela população em situação de rua em Curitiba como concentração dos equipamentos públicos na região central, falta de políticas voltadas para essa população em áreas diversas (higiene, economia solidária, educação e capacitação profissional, moradia), insuficiência de unidades de acolhimento transitório na área da saúde; de banheiros públicos; entre outros.

Para além da reflexão, os participantes do ADL foram desafiados a propor ações de geração de trabalho e renda para a população em situação de rua, pautadas nos saberes, experiências e anseios da mesma e na Economia Solidária. Surgiram ideias como um coletivo de produção de sucos utilizando o espaço dos equipamentos, outro de artesanato e um terceiro de práticas culturais como capoeira.

As avaliações dos participantes apontaram pontos positivos do curso ADL: reflexão sobre a realidade, descoberta de novos pontos de vista e estímulo para desinstitucionalização das práticas e saberes dos profissionais dos equipamentos a respeito da população em situação de rua. Alguns participantes chegaram a relatar que nunca tiveram a oportunidade de participar de uma formação tão intensa e que resignificara vários aspectos de suas vidas. Indicaram também a necessidade de um maior aprofundamento em relação à Economia Solidária, no sentido de torná-la mais próxima da população em situação de rua.

Decidiu-se, então, fazer uma segunda etapa do ADL, com um foco em Economia Solidária. Assim como a primeira edição, também foram realizados 10 encontros semanais, com cerca de 10 pessoas, sendo que nem todas haviam feito parte da etapa anterior.

O curso do ADL visava a formação de uma rede constituída pela população em situação de rua e técnicos dos equipamentos – a Rede ADL - que continuasse a se reunir periodicamente, após o término do projeto, dando prosseguimento as suas discussões e ações, em especial, no que se referia a construir propostas concretas junto a população em situação de rua de coletivos de Economia Solidária. Porém, a rede não conseguiu se consolidar e não foi além do tempo do projeto.

3.5 Intercâmbio e primeiras experimentações

Com o intuito de avançar na articulação entre população em situação de rua e Economia Solidária, e passar para a ação após atividades em que predominou a reflexão, o projeto CooperaRua deu início a um processo de aproximação com a prática da economia solidária em Curitiba e região metropolitana. Foram feitas visitas a coletivos (feira de artesanato, padaria comunitária, associação de materiais recicláveis, assentamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e participações em eventos (Jornada de Agroecologia e Festa das Sementes Criolas), buscando contemplar uma diversidade de atividades, e o meio urbano e rural. Participaram dessas ações membros da equipe contratada, da Tecsol, profissionais dos equipamentos, membros do MNPR de Curitiba e pessoas em situação de rua.

O contato com experiências concretas de Economia Solidária também ocorreu durante o I Seminário Economia Solidária e População em Situação de Rua, onde os participantes puderam conhecer experiências voltadas para a população em situação de rua, como o Projeto Empreendendo Vidas (Belo Horizonte/MG) e a experiência do Centro de Assessoria Multiprofissional e da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre na área da educação. Também foi apresentada a Rede de Clube de Trocas Pinhão, do Paraná.

A partir atividades anteriores e pelo desejo das pessoas em concretizar ações, começaram a surgir ideias de coletivos: produção e comercialização de sucos naturais, de espetinhos, serviços de jardinagem. Debateu-se e construiu-se, coletivamente, um plano pedagógico e um plano básico de incubação para auxiliar no processo, que incluía o planejamento, a experimentação e a consolidação do coletivo.

Dificuldades surgiram (problemas de saúde, centralização do processo, conflitos internos, dentre outros), fazendo que a maioria das propostas não avançassem para além da fase do planejamento, com exceção da produção e venda de espetinhos que chegou a concretizar uma experiência durante um bazar solidário de roupas usadas. Esses percalços, possibilitaram à equipe do projeto perceber os desafios para constituição de um empreendimento de economia solidária e da superação da lógica heterogestionária e individualista do trabalho capitalista, além de dificuldades específicas do contexto da população de rua (criação de vínculos, busca de soluções imediatistas, dependência química, ausência de espaços para produzir e guardar materiais e equipamentos, dentre outras).

3.6 Oficinas de produção e gestão

Após as etapas anteriores, e apesar das dificuldades da atividade anterior, percebeu-se que era preciso ampliar o processo de formação e experimentação, com um coletivo maior e mais diverso. A equipe do CoopereraRua, em conjunto com a Rede ADL e com a Tecsol, decidiram que o caminho seria a realização de oficinas técnicas que capacitassem pessoas em situação de rua para o desenvolvimento e a gestão de empreendimentos econômicos populares.

As oficinas abordaram áreas diversas (panificação básica, confeitaria, cosméticos naturais e artesanato em acessórios étnicos) que foram definidas a partir de dados coletados junto a população em situação de rua, durante as etapas anteriores do projeto, bem pela relação do CEFURIA com alguns empreendimentos econômicos solidários. Em todas as oficinas havia módulos básicos sobre Economia Solidária e noções básicas de gestão (planejamento, precificação, etc).

Devido a restrições orçamentárias e de espaço, as oficinas tiveram vagas limitadas a 20 pessoas cada. Porém, aceitou-se inscrições a mais, já se prevendo desistências. A equipe do projeto optou por realizar os convites de participação, prioritariamente, nos espaços de acolhimento, pois considerou-se que as pessoas que dormiam nas ruas teriam maior dificuldade de frequentar as oficinas e de guardar materiais de produção e produtos. Foi uma decisão difícil, pois não se queria utilizar um critério excludente, mas, como explicado, foi pensado por julgar-

se que o desenvolvimento de determinados trabalhos requer a garantia de direitos básicos. Destaca-se, entretanto, que foram convidadas pessoas que não estavam acolhidas, mas que haviam participado de outras etapas do Coopera Rua e que demonstraram interesse.

Realizou-se um primeiro encontro, de presença obrigatória para quem quisesse participar das oficinas temáticas, a fim de retomar os objetivos do projeto e esclarecer que as oficinas não eram vinculadas a nenhum sistema de educação profissionalizante e que, por isso, não tinham como objetivo a inserção no mercado de trabalho formal e capitalista.

As pessoas inscritas nas oficinas de cosméticos, panificação e confeitaria também necessitaram participar de uma formação básica em manipulação de alimentos, boas práticas de higiene e preparos naturais.

A partir da pedagogia freiriana, a metodologia das oficinas não visou uma transmissão hierarquizada e reprodutora dos conhecimentos. Ao contrário, para além de passar técnicas básicas para o desenvolvimento dos produtos, foi estimulada a troca e a produção de saberes de forma coletiva. Foram contratados/asicineiros/as específicos/as para cada temática, priorizando aqueles/as que, para além de conhecimentos técnicos, tivessem experiência em educação popular, economia solidária e/ou pessoas em situação de rua. As oficinas foram realizadas no espaço da Tecsol (cosméticos naturais e acessórios étnicos) e em uma padaria comunitária (panificação).

As oficinas foram momentos importantes de trocas de saberes:

O que mais me chamou a atenção foi que eles falaram que aprenderam brincando. O olhar das padarias comunitárias também mudou [em relação a população em situação de rua]. Agora todo mundo pergunta dos meninos. (trabalhadora da Padaria Comunitária que ministrou a oficina)

É importante dizer que o amor que tem em cada canto daquela padaria é incrível. A gente aprende a abrir novos horizontes. A gente divulgando aí tem a possibilidade de abrir novos trabalhos e novos cursos. Aqui tá só um primeiro passo, mas a gente precisa ir dando continuidade. (participante da oficina de panificação, e que se encontra em situação de rua)

Dificuldades também se fizeram presentes. Poucos participantes chegaram a concluir as oficinas, devido a fatores diversos como dependência química, falta de lugar para guardar os materiais e produtos, dificuldades de relacionamento, desejo em trabalhar em outras configurações de trabalho não presa a tempo e espaço. A experiência mais exitosa foi da oficina de panificação, sendo que ao término da redação desse artigo, 3 participantes estavam trabalhando em duas padarias comunitárias existentes, e demonstravam o desejo de formar um empreendimento na área com pessoas em situação de rua. Também foi constituído um coletivo

de cosméticos naturais, por duas educadoras populares (um casal em situação de rua, chegou a participar inicialmente, mas depois, deixou o grupo).

3.7 Clube de trocas

Os clubes de trocas foram uma experiência muito rica e acertada para aproximar a população em situação de rua da Economia Solidária, uma vez que as trocas já fazem parte de seu cotidiano, e são uma das estratégias de sobrevivência encontradas por essas pessoas. Os clubes de trocas apresentam a possibilidade de trocar não apenas bens, produtos e serviços, mas também saberes e afetos, com valor de uso e também sentimental, podendo atender diversas necessidades sem a utilização do dinheiro. A experiência possibilitou vivenciar outra expressão da Economia Solidária, que vai além da produção e da comercialização, e da geração de trabalho e renda, sendo um espaço de reflexão e autogestão.

Deu-se o nome de “Clube de Trocas Traz +1”, numa referência de que cada participante convidasse mais uma pessoa a cada encontro, que foram realizados mensalmente, em locais públicos de fácil acesso à população em situação de rua, como praças. Criou-se uma identidade visual, de forma que as pessoas que estivessem transitando nos espaços pudessem conhecer e identificar a iniciativa. Ao longo do projeto foram realizados cerca de 5 encontros, com frequência mensal. Um período após o término do projeto, buscou-se dar continuidade a atividade, porém, teve-se dificuldade em mobilizar a população em situação de rua. Uma sugestão para futuras experiências é que seja mantida uma regularidade no local, data e horário, como tentativa de agregar e manter mais pessoas.

3.8 Seminários da População em Situação de Rua e Economia Solidária

Foram realizados dois Seminários “Economia Solidária e População em Situação de Rua”: o primeiro cerca de um ano após o início do projeto Coopera Rua e outro ao término do mesmo.

Na primeira edição, a participação foi aberta a quem tivesse interesse, predominando a presença de membros do MNPR, educadores populares, profissionais de equipamentos e instituições que atendem as pessoas em situação de rua, membros da Tecsol e pessoas em situação de rua. O objetivo foi aproximar a população em situação de rua da Economia Solidária por meio de relatos de empreendimentos econômicos solidários, com destaque para experiências que envolvessem esse grupo. Ao contrário do que o nome pode sugerir, o formato do evento não seguiu os padrões acadêmicos. Embora o espaço fosse um auditório de uma

universidade pública, buscou-se por meio da pedagogia freiriana, criar um clima democrático, acolhedor, alegre que estimulasse a participação de todos e todas.

A realização do evento numa universidade que, embora pública, volta-se mais ao meio empresarial do que aos marginalizados, foi um momento político importante, de reafirmar o papel transformador que a educação deve ter. A presença da população de rua no campus gerou preconceito e desconfiança por parte de membros da instituição e dos seguranças. Por parte da população de rua, houve relatos de como foi marcante poder adentrar no espaço da universidade e participar de um evento na mesma, não como mero ouvinte, mas expondo suas ideias e experiências.

A segunda edição do seminário, aconteceu na fase final do projeto, e foi um momento de resgate das ações realizadas, refletindo-se sobre as aprendizagens e percalços do caminho. O público foi composto por pessoas que participaram das atividades do projeto Coopera Rua. Houve uma menor adesão das pessoas em situação de rua, estando mais presentes membros da equipe contratada, da Tecsol, do MNPR e profissionais de equipamentos. Foi um momento importante para fazer uma avaliação coletiva do projeto e pensar encaminhamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos dois anos e meio do projeto Coopera Rua foram muitas as aprendizagens, ações e reflexões sobre as articulações possíveis e as dificuldades encontradas para a aproximação da população em situação de rua e a Economia Solidária. As atividades desenvolvidas visaram explicitar e denunciar as contradições sociais que promovem a exploração dos que trabalham, a exclusão dos que não trabalham e que, por vezes, acabam no extremo da situação de rua. Porém, a denúncia não foi um fim em si, mas o princípio para que fossem pensadas e empreendidas ações para mudança da realidade, a começar pela dimensão do trabalho.

A experiência do projeto CooperaRua permitiu que se identificassem que há diversos aspectos das vivências da população de rua que também se fazem presentes nas práticas e princípios da Economia Solidária como valorização do ser humano e dos saberes, respeito à diversidade, cooperação, solidariedade, organização coletiva, prática de trocas, anseio pela liberdade e a partilha e que precisam ser potencializados quando se proponha algum projeto de Economia Solidária com pessoas em situação de rua

Um resultado importante do projeto foi a aproximação do MNPR com a população em situação de rua de Curitiba, de modo que o primeiro ampliasse sua visão a respeito das demandas e diversidade do grupo, ao mesmo tempo em que as pessoas soubessem da existência de um movimento que luta pelos seus direitos e a ele aderissem. Membros relataram que perceberam um aumento no interesse em participar das atividades do MNPR. Houve também um fortalecimento da população em situação de rua para lutar por seus direitos, como pode-se ver na ação de um grupo que se organizou para reivindicar que os equipamentos e instituições disponibilizassem um espaço de acolhimento para casais.

Da construção a execução do projeto, houve uma vivência da autogestão, pois embora por questões formais e administrativas, fosse necessário definir responsáveis pelas atividades, o projeto foi planejado e efetivado de uma forma coletiva, incluindo a população em situação de rua que atuou como sujeito e não objeto das ações. Escutar o que as pessoas em situação de rua tem a dizer, pensar a frequência, a duração, o horário e as metodologias das atividades a partir da realidade da mesma, não apenas favorece o maior êxito das atividades propostas, mas também tem um efeito para a auto-estima e emancipação, uma vez, que são pessoas invisibilizadas ou que recebem um olhar de desprezo ou de pena.

Outro aspecto relevante foram as várias parcerias estabelecidas. Embora, o projeto fosse oficialmente coordenado pelo CEFURIA, a participação e diálogo com o MNPR e com a Tecsol proporcionaram percepções, vivências e conhecimentos diversos, assessoramento técnico e otimização de recursos (espaço físico para atividades, serviços de design gráfico, etc).

O projeto possibilitou uma troca e produção de saberes entre a população em situação de rua, equipe contratada, membros da Tecsol e do MNPR, profissionais dos equipamentos, trabalhadores/as da Economia Solidária, dentre outros.

Desde a concepção do projeto sabia-se dos desafios a serem enfrentados, pois a população em situação de rua talvez seja um dos grupos que mais sofra com o processo de exclusão e marginalização inerentes à sociedade capitalista, uma vez que a ela são negados todos os direitos fundamentais de trabalho digno, habitação, saúde, educação, cultura, lazer e segurança e encontra-se numa situação de fragilização de vínculos afetivos e baixa auto-estima. De fato, foram inúmeras as dificuldades encontradas, e que são aqui elencadas para que sirvam de experiência para futuros projeto de Economia Solidária junto a população em situação de rua:

- burocracias que dificultavam acesso da equipe a equipamentos públicos que atendem a população em situação de rua;

- políticas sociais e práticas assistencialistas que dificultam a geração de renda dentro dos equipamentos, reforçam o imaginário do trabalho assalariado, criam dependência, perpetuando a situação de rua;

- rotinas e regras nos equipamentos que dificultam a realização ou a continuidade das ações do projeto. Por exemplo, os recessos no final do ano interrompem não apenas a atividade, mas faz com que se perca o vínculo, que haja rotatividade dos participantes;

- o tempo da criação dos vínculos, tão necessários, ainda mais quando se fala em população em situação de rua, e para os movimentos de reflexão-ação-reflexão, dos replanejamentos, é mais longo que o tempo dos editais. Ao mesmo tempo, que costumam estar em grupos e serem solidários, como uma estratégia de sobrevivência, possuem uma vida nômade e, geralmente, solitária, de vínculos transitórios. Assim, embora se tratassem de dois anos e meio, quando várias questões estavam amadurecidas, quando várias aprendizagens tinham sido feitas, o tempo e recursos do projeto findaram-se;

- ainda no que se refere a dimensão subjetiva, há um grande sofrimento psíquico, um baixa auto-estima e o sentimento de impotência, reforçado pelas práticas assistencialistas e pelo preconceito que sofrem e que requer ser trabalho para que haja autogestão;

- ausência de políticas públicas integradas dificulta o acesso à educação, à habitação, à saúde criam entraves para a constituição dos coletivos e saída da situação de rua, pois como já indicado não tem onde guardar materiais de estudo e trabalho, tem acesso precário a assistência para dependência química, dentre outros;

- a exclusão extrema em que se encontram, o fato de não terem garantidas nem necessidades elementares de higiene e alimentação, faz com que vivam o agora, e que seja, difícil aguardar o tempo do empreendimento ser formado e gerar uma renda;

- o individualismo e o imaginário do trabalho assalariado são muito fortes, o que requer um árduo trabalho de reflexão para que se pense em outras possibilidades.

A soma desses fatores fez com que não se alcançasse o objetivo de criar empreendimentos econômicos solidários com pessoas em situação de rua e a constituição de uma rede de apoio. Porém, três passaram a fazer parte de uma padaria comunitária. A inclusão de um maior número de pessoas, deparou com restrições como a localização dos empreendimentos serem distantes da região central onde a população em situação de rua se concentra e serem formados majoritariamente por mulheres, enquanto a população em situação de rua é predominantemente masculina. A superação da primeira dificuldade incluiria o apoio

do poder público para fornecer transporte necessário, já a segunda questão, requer um trabalho sobre as relações de gênero.

Dos êxitos e dificuldades do projeto, pode-se sintetizar algumas sugestões de ação quando se pensa em aproximar Economia Solidária e população em situação de rua. Cabe lembrar que são considerações iniciais, uma vez, que ainda são incipientes práticas e pesquisas a respeito dessa temática:

- criação de redes, como a de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), composta por atores diversos (trabalhadores da economia solidária, pessoas em situação de rua, gestores públicos, entidades da sociedade civil organizada, universidades, incubadoras de economia solidária e movimentos sociais), que possibilitaria que as ações de projetos como o CooperarRua fossem continuadas; fomentaria a organização popular para reivindicações de políticas públicas e outras demandas da população em situação de rua, por meio de uma participação direta da mesma no processo, saindo de uma posição de tutela;

- criação de um fundo solidário não apenas financeiro, mas composto também por outros tipos de recursos (espaço físico, serviços, assistências técnicas, etc) e que contribuísse para a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários recém-criados.

- realização de clubes de trocas que demonstraram ser experiências que favorecem a aproximação da população de rua da Economia Solidária, uma vez que, como já exposto, a partilha, a cooperação e as trocas já fazem parte do seu cotidiano e são significativas para a sobrevivência nas ruas;

Ao longo dos dois anos e meio de projeto pode-se perceber que a aproximação da população em situação de rua com a Economia Solidária requer uma análise e ação abrangentes, uma vez que a exclusão ocorre em várias dimensões (saúde, educação, trabalho, habitação, direitos humanos), não se podendo restringir o foco da discussão e da intervenção à geração de trabalho e renda. Faz-se necessários novos editais que disponibilizem recursos para ações de articulação da população em situação de rua e Economia Solidária, bem como ações de caráter mais duradouros, como políticas públicas.

Agradecimentos

Agradecemos a Subsecretaria de Economia Solidária que por meio da Chamada Pública SENAES/MTE Nº 002/2014 - Fomento à Economia Solidária como estratégia de inclusão socioeconômica e de autonomia da população em situação de rua, possibilitou os recursos

para a realização do Projeto Coopera Rua, tendo o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, como entidade proponente.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, 2009a. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 18 dez.2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b. Disponível em <
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela; BÒGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p.17-50.

CATTANI, Antonio David. A Outra Economia: os Conceitos Essenciais. In: CATTANI, Antonio David (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 9-14.

CIRANDAS. **O que é Economia Solidária**. Disponível em :<<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

GIHARDI, Maria Isabel Garcez *et al.* Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface**. v.9, n.18, p.601-10, set/dez 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000300014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MENDES MATTOS, Ricardo; HELOANI, Roberto; FRANKLIN FERREIRA, Ricardo O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**, vol. VI, núm. 10, enero-junio, 2008, pp. 103-122. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272008000100007>. Acesso em 18 dez. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Economia Solidária**. Disponível em:<
<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. 2015. Acesso em: 17 dez. 2017.

SANTOS, Boaventura Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Oficina do CES nº 135, 1999.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos Avançados**. São Paulo , v. 22, n. 62, p. 289-314, Apr. 2008 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SINGER, Paul, SILVA, Roberto M. A. e SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da pobreza extrema no Plano do Brasil sem miséria. In. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

SOUZA, Ana Inês e LIMA, Fernanda (orgs.). **Coopera Rua: experiências de economia solidária com a população em situação de rua de Curitiba**. Curitiba: L.F editora e impressos, 2017. No prelo.

COOPERARUA PROJECT: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF AN EXPERIENCE IN A SOLIDARY ECONOMY WITH HOMELESS PEOPLE

***Abstract:** This work presents the experience report of the COOPERARUA Project. This project made possible the composition of human formation and development with People Experiencing Homelessness (PSR), based on the formation of a technical crew and the construction of a proper methodology for the work on mobilization and organization of the PSR of Curitiba (Paraná – Brazil). Social and economic inclusion initiatives for this population were promoted, through the Solidary Economy, by building solidary economic enterprises and/or inserting them on the existing ones, making possible income generation, as well as the creation of a network of articulation between public agencies and civil society entities for the defence and support to the PSR. During the years of 2015 and 2016 there were many actions, from the mapping of the People Experiencing Homelessness to training courses. The Project has shown its advances, its limits and the challenge that means to work with this community, due to its different way of thinking about work, besides their needs being interwoven to deep social economic issues that end up being a priority in the life of the PSR. In this sense, this work brings a reflexion upon the contribution of the Solidary Economy to the PSR.*

***Key-words:** Solidary Economy. Homeless people. Work. Social inclusion.*

INTEGRASOL - MAPEAMENTO E INTEGRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDARIA NO BREJO PARAIBANO

ROLIM, Wiliane Viriato¹ – wilianerolim@yahoo.com.br
Professora de filosofia, IFPB Campus João Pessoa.
Av. Primeiro de Maio, 720.
58015-435 – Jaguaribe – Paraíba – Brasil

ABREU, Tatiana Losano de² – tatiana.losano@ifpb.edu.br
Professora de economia e mercado, IFPB Campus Guarabira.
Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, S/N, PB 057, Km 02
58200-000 – Guarabira – Paraíba – Brasil

AMORIM, Rômulo Leite³ – romulo.amorim@ifpb.edu.br
Professor de Sociologia - IFPB Campus Guarabira.
Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, S/N, PB 057, Km 02
58200-000 – Guarabira – Paraíba – Brasil

LIMA, Marcondes Alexandre de⁴ – marcondesgba@hotmail.com
Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários - IFPB Campus Guarabira.
Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, S/N, PB 057, Km 02
58200-000 – Guarabira – Paraíba – Brasil

SILVA, Patrício Lourenço da⁵ – gestor.patricio@gmail.com
Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários - IFPB Campus Guarabira.
Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, S/N, PB 057, Km 02
58200-000 – Guarabira – Paraíba – Brasil

***Resumo:** A cidade de Guarabira/PB detém grande importância na região por sua capacidade influenciadora tanto no âmbito social, como também no político e econômico. Observa-se a presença das atividades que envolvem o movimento de economia solidária, atuando de várias formas nos diversos municípios desta região, como: associações, grupos de artesãos, agricultura familiar, feira de economia solidária, fundos rotativos, banco de desenvolvimento comunitário e moeda social. Mesmo diante do estímulo via setor público, na criação de*

¹ Pós Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em estudos da linguagem do CEFET MG, Doutorado em Estudos Lingüísticos pela UFMG.

² Mestrado em Economia pela UFPB.

³ Mestrado em Ciências Sociais pela UFRN.

⁴ Bacharelado em Administração e Tecnólogo em Gestão Comercial.

⁵ Tecnólogo em Gestão Comercial.

fóruns, secretarias, grupos de formação econômicas solidárias, além da implantação de centros de referências para a comercialização e outras ações, existe uma evidente necessidade de maior apoio para que estes empreendimentos possam consolidar-se diante das demandas dos consumidores e das problemáticas de gestão, comercialização e manutenção dos princípios solidários. Percebe-se a forte importância que detém esta modalidade econômica e seus atores para a região metropolitana como atividade de inclusão social. Diante disto, foi desenvolvido e executado o programa extensionista propondo a formulação de ações que norteiam o desenvolvimento dos empreendimentos solidários e incentive a criação de novos, na cidade de Guarabira e nas cidades circunvizinhas. Desse modo, o presente trabalho objetiva relatar as experiências acerca do mapeamento feito na grande região de Guarabira e do evento I INTEGRASOL (Seminário de Integração de Empreendimento Solidários).

Palavras-chave: Economia Solidária. Mapeamento. Evento.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Guarabira/PB detém grande importância na região por sua capacidade influenciadora tanto no âmbito social, como também no político e econômico. A polarização da região vem desde os primórdios da formação da população guarabireNSE, haja vista que Guarabira sempre foi referência, chegando a ser considerada “rainha do brejo”. Hoje a cidade é um grande centro comercial e sede da região geo administrativa do Estado que engloba cerca de 24 municípios, além formar a Região Metropolitana de Guarabira, com 17 outros municípios: Alagoinha, Araçagi, Belém, Borborema, Caiçara, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Serra da Raiz, Sertãozinho e Serraria;

A formação dessa região metropolitana tem por seu intuito o desenvolvimento coletivo dessas cidades. Encontramos nesse território uma diversidade de organizações sociais que buscam a melhoria das condições de vida da população, principalmente para aqueles que encontram-se à margem da produção e do consumo. Observa-se a presença das atividades que envolvem o movimento de economia solidária, atuando de várias formas nos diversos municípios desta

região, como: associações, grupos de artesãs, agricultura familiar, feira de economia solidária, fundos rotativos, banco de desenvolvimento comunitário e moeda social.

Neste contexto, as cidades polarizadas por Guarabira mostram que possuem grande potencial de desenvolvimento do movimento econômico solidário, que tem em seus princípios a autogestão, autonomia, democracia, comércio justo, sustentabilidade, cooperativismo solidário e consumo consciente e solidário, do modo a objetivar a geração de trabalho e obtenção de renda. Porém, mesmo diante do estímulo via setor público, na criação de fóruns, secretarias, grupos de formação econômicas solidárias, além da implantação de centros de referências para a comercialização e outras ações, existe uma evidente necessidade de maior apoio para que estes empreendimentos possam consolidar-se diante das demandas dos consumidores e das problemáticas de gestão, comercialização e manutenção dos princípios solidários.

Percebe-se a forte importância que detém esta modalidade econômica e seus atores para a região metropolitana como atividade de inclusão social. Diante disto o programa extensionista propõe a formulação de ações que norteiam o desenvolvimento dos empreendimentos solidários e incentive a criação de novos, na cidade de Guarabira e nas cidades circunvizinhas. As atividades desenvolvidas vão permitir aos empreendimentos praticantes da economia solidária existentes na região metropolitana de Guarabira, terem acesso aos conhecimentos, formações e tecnologias que contribuam com o seu fortalecimento e crescimento.

Vale destacar que os ganhos em conhecimento e desenvolvimento profissional atingem expressivamente a todos os componentes da equipe que estão atuando no programa integrador, por exercer as atividades em ambientes extra muros da instituição, fazer a captação de vivências e contato com as experiências, conhecimentos e problemas práticos das comunidades, exercitar nesses locais, os conhecimentos aprendidos em sala de aula, com o intuito de encontrar problemas e propor soluções e ainda realizar um movimento integrador que criem fortes laços com as parcerias, tanto com os empreendimentos, colaboradores sociais e a instituição.

Esta iniciativa partiu do NUCAES – Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários do Brejo Paraibano, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, atuante na grande região de Guarabira, que visa influenciar diretamente o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária e a constituição de espaços que busquem o fortalecimento e integração entre os grupos de economia solidária.

Destaca-se ainda que, o NUCAES se propõe a atuar via ações de extensão, ensino e pesquisa. Para tanto, vem desenvolvendo uma teia de articulação com seus parceiros. O projeto vem possibilitando um incentivo ao trabalho em equipe (interna do IFPB e externa beneficiários) ampliando a rede de contatos, contribuindo para que o IFPB conheça a realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de Guarabira. Além disso, por meio do projeto os alunos do Ensino Superior e do Ensino Técnico vêm tendo a possibilidade de aplicar seus conhecimentos por meio da participação nas atividades desenvolvidas durante o período de vigência do projeto. Desta forma, as atividades desenvolvidas estão vinculadas às disciplinas de sociologia e economia, lecionadas nos cursos Técnico em Informática, Edificações e Contabilidade, assim como ao curso Superior em Gestão Comercial.

Neste sentido, propõe-se relatar as experiências a partir do mapeamento que foi realizado na grande região do brejo paraibano e do evento denominado INTEGRASOL (Seminário de Integração de Empreendimentos Solidários) o qual uniu diversos representantes de empreendimentos coletivos e demais participantes de organizações de sociedade civil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, serão apresentados alguns conceitos e informações sobre a economia solidária e alguns critérios que foram buscados na literatura para orientar na caracterização e identificação de empreendimentos solidários.

2.1 Economia Solidária

A origem da Economia Solidária reporta-se à época da Revolução Industrial na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX, cenários da introdução das máquinas a vapor nas fábricas e da substituição da força de trabalho humano, que acabou acarretando uma reestruturação das relações de produção (RANGEL; MANOLESCU, 2012).

Segundo Cornelian (2006), encontramos grande dificuldade em nossa busca pela definição do que seria exatamente “Economia Solidária” - ES. Isso porque, não só há grande imprecisão quanto à compreensão e o entendimento do que seja ES, como também, existem muitas variações quanto às formas e mesmo quanto aos objetivos das articulações que se intitulam ou que são rotuladas como sendo pertencentes à Economia Solidária.

Mas, em aspectos gerais, podemos considerar que a economia solidária constitui uma forma de produção que, ao lado de diversas outras formas de produção - a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o modo de produção predominante, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (CORNELIAN, 2006)

Apesar de estar inserida na estrutura capitalista de produção, a economia solidária apresenta particularidades que possibilita a geração de produtos e renda sem colocar como prioridade a maximização de lucros. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (IBIDEM, p. 10).

Desta forma, as práticas de cooperação e da Economia Solidária representam uma alternativa para contrapor a lógica capitalista. Tais práticas, baseadas nos propósitos da gestão democrática, estruturam a base de uma nova forma de convivência em que a dimensão humana não é subordinada a critérios simplesmente financeiros. No campo, buscam viabilizar a organização da produção e construir uma proposta de comercialização cooperativista, cujo foco principal é o desenvolvimento econômico e social de suas populações (SCHMIDT et. al., 2010). Com intenção de resistir aos danos pelo desemprego e a precarização das condições de trabalho, os participantes da economia solidária enxergaram a necessidade de formular saídas cada vez mais complexas. Através da interação entre os diversos atores e instituições (governamentais e não governamentais), mulheres e homens de cooperativas, associações e grupos autogeridos, dos meios rurais e urbanos, buscam modificar e desenvolver novos modos de gerir o trabalho, de comercializar produtos e serviços (ANDRADA E SATO, 2014, p2.).

A Economia Solidária, como diz Singer (2002), é criada e recriada periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados no mercado de trabalho, com a finalidade de unir a capacidade de produção e consumo com os princípios de socialização dos meios de produção. Desse modo, a Economia Solidária torna-se uma “alternativa superior ao capitalismo, no sentido mais amplo da vida [...] como uma nova sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002, p. 115).

Nessa perspectiva, Singer (1999) define-a como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizado por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do País e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Luiz Inácio Gaiger, um dos pesquisadores mais conhecidos, que dedica há anos seus estudos ao tema da Economia Solidária e movimentos sociais, estabelece o termo Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com objetivo de denominar as iniciativas autogestionárias e solidárias. Segundo Gaiger (1999a, 2001, 2002), sob a luz da teoria marxista, os EES representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização econômica.

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger (1999, 2001, 2002) sustenta que a Economia Solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza, bem como uma prática redutora da vulnerabilidade social causada pela crise do desemprego. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o autor postula que ela “oferece outras condições aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho” (GAIGER, 2004, p. 395). Em parceria com Jean Louis Laville, pesquisador da economia social na França, Gaiger fez apontamentos sobre esta “outra economia”: “consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem estar, reconhecimento e vida significativa” (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

Neste sentido, visualizamos que devido a fatores históricos presentes no tecido social desta região, como baixo nível de escolaridade, desemprego, alto índice de violência urbana, possibilita que muitos cidadãos e cidadãs, não tenham vez e nem lugar nas Instituições de Ensino – Profissional e Superior, ficando a margem do processo de qualificação profissional, aumentando a desigualdade social, fato que permite o surgimento de práticas que impedem a vida em sociedade, conforme salienta Pochmann(2004): “[...] Ao conjunto dos tradicionais “despossuídos” do passado, agora se junta uma legião de “deserdados”, às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados, em virtude do crescente fracionamento da antiga classe média.”

A fim de diminuir a distância existente entre a sociedade local e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus de Guarabira, o núcleo catalisador de

empreendimentos solidários vem atuando no sentido de promover e democratizar o acesso à informação e ao conhecimento que gera cidadania, promove direitos e alarga os horizontes.

Ao realizar a formação com os cidadãos e cidadãs desta região, estaremos fazendo a relação entre teoria e prática, pois terão contato com concepções e valores próprios da cidadania, da autogestão e cooperativismo e suas interpelações e uso no cotidiano (acrescentar outros).

Nesta perspectiva, abriremos espaço para a teoria econômica da Economia Solidária, que, dentre inúmeras definições conceituais, pode ser compreendida enquanto uma forma alternativa ao modelo de produção e gestão capitalista, sendo uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, com inclusão social.

Tal acesso a esse conhecimento se dá pela necessidade em compreender as novas possibilidades que a Economia Solidária apresenta, como uma prática inovadora e uma alternativa de geração de trabalho e renda, tornando – se uma resposta a favor da inclusão social.

Desta maneira, os cidadãos e cidadãs desta região poderão compreender a existência de uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a sociedade local, assumidos neste momento pelo eixo de integração com a comunidade local, o compromisso de estruturar o Programa ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA – PB visando garantir que os docentes, discentes (bolsistas e voluntários) e os cidadãos da região desenvolvessem uma vivência da realidade social.

O trabalho foi desenvolvido no período de Julho a Novembro de 2017 na Cidade de Guarabira-PB, que está localizada na Mesorregião do Agreste Paraibano, estando a 96 km de distância de João Pessoa, capital do estado (IBGE 2008).

Para o mapeamento dos empreendimentos, tivemos como referência o mapeamento anterior realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no ano de 2012 cujos resultados encontram-se disponibilizados no SIEES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária).

A partir destas informações preliminares, fizemos uma listagem dos possíveis empreendimentos para visita e aplicação de questionário. O questionário aplicado foi uma versão adaptada da SENAES e do PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas). Uma estratégia utilizada para buscar outros empreendimentos, consistiu em buscar registros em órgãos e instituições locais por grupos de produção, como também em cada empreendimento visitado, sempre procurando saber se o grupo conhecia algumas outras iniciativas de produção coletiva próxima.

Na medida em que o mapeamento foi sendo realizado, foram identificados empreendimentos que se enquadraram de acordo com os critérios que caracterizam os empreendimentos solidários:

A unidade básica para constituição do banco de dados é o Empreendimento Econômico Solidário, cuja definição foi adotada do próprio manual do Sies, como sendo aquelas organizações: coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas (tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.) cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes – que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário (Brasil, 2005).

A coleta destas informações é de grande relevância para que o NUCAES amplie seu leque de ações, uma vez que os alunos e professores irão fortalecer o conhecimento da prática efetiva da economia solidária na cidade.

Desse modo, foi necessária a realização de um evento no formato de seminário para integração e diálogo com os empreendimentos encontrados, buscando identificar as demandas dos empreendimentos e apontar a construção de planos conjuntos de viabilidade da Economia solidária na região.

Quanto ao método de abordagem, optamos pelo Dialético. Esta orientação metodológica se justifica porque tal método permite a compreensão de que a realidade do mundo do trabalho e suas características se transformam permanentemente, possibilitando aos cidadãos e cidadãs uma atualização e conscientização da existência de uma lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, alternativa ao modelo de gerenciamento e produção capitalista.

Desta maneira, foram desenvolvidos momentos expositivos dialógicos, relacionados aos conteúdos desenvolvidos, oficinas práticas na área da Economia Solidária, abordando conceitos necessários ao entendimento desta inovadora alternativa de geração de trabalho que vem crescendo em todo Brasil e na Paraíba, de maneira particular.

Ações Extensionistas

O mapeamento foi realizado no período de agosto a novembro de 2017, iniciou pela cidade de Guarabira e depois se expandiu para as demais cidades da região. A ordem do mapeamento foi definida de acordo com a utilização da escala caracol, onde se tem um ponto central de referência, em nosso caso a cidade de Guarabira e depois fomos abrangendo outras cidades circunvizinhas a partir da distância. Essa metodologia além de orientar no planejamento do mapeamento, evita o desperdício de tempo e recursos com deslocamento.

A aplicação dos questionários consistiu numa importante etapa do projeto que procedeu com a articulação para o evento. Abaixo temos a lista dos empreendimentos mapeados.

Tabela 1 – Lista dos Empreendimentos Mapeados.

Nome do empreendimento	Cidade
GRUPO DE PRODUÇÃO FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES - FCD	Guarabira
GRÁFICA GÊNESYS	Guarabira
COMUNIDADE SITIO CABOCLO	Guarabira
CENTRAL DOS ARTESÃOS DO BREJO PARAIBANO	Guarabira
GRUPO MULTIRÃO	Guarabira
BENEFICIAMENTO DE POLPA DE FRUTAS	Araçagi
QUILOMBO CAIANA DOS CRIoulos	Alagoa Grande
COMUNIDADE CHÃ DE JARDIM	Areia
RESTAURANTE VÓ MARIA	Areia
GRUPO DE PRODUÇÃO DE POUPA DE FRUTAS DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO	Areia
BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DE	Lagoa de Dentro

LAGOA DE DENTRO	
FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR, ARTE E CULTURA DE LAGOA DE DENTRO	Lagoa de Dentro
RÁDIO COMUNITÁRIA LAGOA FM 104,6	Lagoa de Dentro
ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE CACIMBA DE DENTRO	Lagoa de Dentro
COOPERATIVA DOS FLORICULTORES DO ESTADO DA PARAÍBA	Pilões
ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS APICULTORES DO ASSENTAMENTO VAZANTE	Tacima
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO BAIXIO	Riachão

Fonte: Os autores

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção iremos expor nosso relato focando na realização do evento e alguns encaminhamentos demandados, pois no atual momento não temos como partir para uma análise dos questionários, que estão ainda sendo tabulados para um banco de dados.

As ações deste trabalho fazem parte do projeto intitulado “ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DE GUARABIRA – PB” submetido e aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal da Paraíba com de bolsas para pesquisadores e uma taxa de bancada par ser utilizada no mapeamento e realização do evento. Além disso, em nossas atividades, contamos ainda com a colaboração de vários parceiros sociais como o IFPB campus Guarabira, Comunidade Talitas, Grupo de Encontro de Jovens com Cristo de Guarabira e outros que se prontificaram a contribuir com recursos e materiais.

No dia 07 de dezembro, foi realizado o evento “I Seminário de Integração de Empreendimentos Solidários de Guarabira e grande região – INTEGRASOL” na comunidade Talitas em Guarabira, em parceria com o IFPB campus Guarabira, Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB (INCUBES), INICIES/UFRN, objetivando juntar os empreendimentos solidários da uma discussão e reflexão sobre os rumos da economia solidária.

O evento contou com a presença de aproximadamente 45 pessoas, composto por representantes de empreendimentos solidários e grupos de produção informal, conhecidos a partir da realização do mapeamento. Estiveram presentes também, representantes de organizações de sociedade civil atuantes com grupos populares, Serviço de Educação Popular, Ezquel Brasil, Comissão da Pastoral da Terra - CPT, Banco Comunitário Lagoa, Rádio Comunitária Lagoa FM, Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Cacimba de Dentro e ainda os parceiros sociais, como Maria das Graças Silva, representante da associação dos Produtores Rurais do Sítios Caboclo e Pedra Grande, que tem um histórico em atividades dos movimentos sociais; o representante da ECOSOL apoiador da feira de Economia Solidária da cidade de Lagoa de Dentro, o articulador do projeto Ações Integrada da Secretaria de Economia Solidária do Estado.

O evento contou com dois momentos, pelo período da manhã houve o deslocamento dos participantes, acolhida e credenciamento dos comunitários. Em seguida houve a abertura, boas vindas ao evento, apresentação dos empreendimentos solidários presentes e da equipe do NUCAES. Na sequência tivemos uma recitação de poesia em homenagem ao movimento da economia solidária, logo após, houve uma explanação com o professor Xangai⁶ sobre as origens da economia solidária e experiências exitosas de empreendimentos da região.

Já pela tarde, dispusemos da presença da Facilitadora Rosângela⁷ que retomou a atividade recuperando algumas informações e demandas apresentadas pelos empreendimentos, direcionando e trazendo um questionamento sobre como os participantes poderiam, juntos, fortalecer a economia solidária da região.

Dessa forma, os encaminhamentos elencados pelos grupos foram os seguintes: realizar um Encontro Finanças solidarias entre 15 e 17 de dezembro de 2017; Fortalecer a autonomia das mulheres produtoras da economia solidária; Criação do Fórum de Economia Solidária do Brejo para cobrar por políticas públicas, pensar locais de comercialização, conscientizar a população sobre a importância de valorização dos empreendimentos locais, garantir o intercâmbio entre os empreendimentos, estimular o trabalho em rede (inclusive entre as associações), capacitação e banco de sementes, conselho gestor, desenvolver meios de comunicação alternativos; Discutir formas de produção que sejam economicamente e ecologicamente sustentável; Desenvolvimento de técnicas fáceis para facilitar a gestão e o

⁶ Professor da UFCG, Engenheiro Agrônomo, Sociólogo e PhD em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Pós Doutor em Economia da Tecnologia

⁷ Socióloga e Representante do Serviço de Educação Popular - SEDUP

dia-a-dia dos empreendimentos (papel do IFPB, INCUBES/UFPB, etc.); Manter a realização integraSol nos próximos anos.

Diante disso, as deliberações levantadas com a realização do evento, junto com o banco de dados que está sendo organizado a partir do mapeamento, nortearão as próximas ações do Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários, que buscará juntar esforços, juntos com a sua rede de contato e parceiros sociais, na construção de alternativas que procurem responder e solucionar estas demandas.

Agradecimentos

Queremos registrar nossos profundos agradecimentos a todos os parceiros e amigos que de forma direta e indireta colaboraram para realização do evento I INTEGRASOL, em especial queremos agradecer a equipe da Comunidade Talitas, o IFPB Campus Guarabira, aos facilitadores professor Xangai e Rosinha, INCUBES/UFRN, INICIES/UFRN, toda equipe do NUCAES pelo empenho e a todos representantes de organizações e empreendimentos solidários que se fizeram presentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, C. F. & SATO, L. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justa Trama. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe., p. 3-13, 2014.

BRASIL. **Ministério do Trabalho**: diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária. Brasília: MT, 2005.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer**: descompassos, contradições e perspectiva. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. G. O trabalho ao centro da economia popular. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 23., 1999, Caxambu. **Anais ...** São Paulo: ANPOCS, 1999a.

_____. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Ciências sociais Unisinos/Centro de Ciências Humanas**, v. 37, n. 159, 2001.



_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 05 de fev. 2002.

_____. (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p.162-168

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

IBGE. **Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050.** [Internet]. Revisão 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/de-fault.shtm. Acessado 29 Abr 2011.

OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. Business Model Canvas - Inovação em Modelos de Negócios. Um Manual para Visionários, Inovadores e Revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

RANGEL, Roney Rezende; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. Economia Solidária pela perspectiva histórico-teórica. **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, nº8, p.1-30, 2012.

SCHMIDT, Armênio Bello, LIMA, Sara de Oliveira Silva, SECHIM, Wanessa Zavarese. **Economia solidária: caderno pedagógico educandas e educandos.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2010. 129p.

SINGER, Paul. **Possibilidades da economia solidária no Brasil.** In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p.51-60.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERARDO, Luigi. Economia solidária e autogestão. **Revista Proposta.** n. 98, p.56-61, nov. 2005.

INTEGRASOL - MAPPING AND INTEGRATING BUILDINGS IN THE SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL PARAIBANO

***Abstract:** The city of Guarabira / PB has great importance in the region for its influential capacity both in the social as well as in the political and economic spheres. It is observed the presence of activities involving the solidarity economy movement, acting in various forms in the various municipalities of this region, such as: associations, artisan groups, family*

agriculture, solidarity economy fair, revolving funds, community development bank and currency Social. Even in the face of stimulus via the public sector, in the creation of forums, secretariats, economic solidarity groups, in addition to the establishment of referral centers for marketing and other actions, there is a clear need for greater support for these enterprises to consolidate to the demands of consumers and the problems of management, marketing and maintenance of the principles of solidarity. It is perceived the strong importance that this economic modality and its actors have for the metropolitan region as an activity of social inclusion. In view of this, the extension program was developed and executed, proposing the formulation of actions that guide the development of solidarity projects and encourage the creation of new ones, in the city of Guarabira and in the surrounding cities. In this way, the present work aims to report the experiences about the mapping done in the great region of Guarabira and the event I INTEGRASOL (Seminar on Integration of Solidarity Entrepreneurship).

Keywords: *Solidarity economy. Mapping. Event.*

RECICLAGEM, POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS E TRABALHO INFANTIL

PÊGAS, Lucas Tavares Pereira¹– lucastavares211@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado de Governador Valadares
Rua Primeiro de Janeiro, n° 381, apto. 201, Nossa Senhora das Graças
35.058-240– Governador Valadares – Minas Gerais – Brasil

SILVA, Ângela Vitória Andrade Gonçalves da²– angelavitoriaandrade@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado de Governador Valadares
Rua Santo Inácio de Loiola, n° 267, apto. 303, Vila Mariana
35.012-120– Governador Valadares – Minas Gerais – Brasil

***Resumo:** O trabalho infantil nos lixões está previsto na lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, Lista TIP. Essa modalidade de trabalho persiste nestes ambientes devido aos problemas decorrentes da informalidade da catação individual, tais como a exploração, a competitividade e os baixos rendimentos. Buscaremos atestar que a presença de crianças no lixão pode ocasionar a inserção tardia destas no ambiente escolar, tendo como consequência a baixa escolarização e a baixa qualificação desses indivíduos. A pesquisa se tornou necessária com a atuação do projeto de extensão Economia Solidária e Coleta Seletiva de Material Reciclável, a partir do qual percebemos no cenário local, Governador Valadares, MG, o contraste existente entre a ASCANAVI/GV e o atual transbordo, local onde predomina o trabalho informal. Através desta pesquisa buscaremos entender porque essa modalidade de trabalho infantil se desenvolve nos lixões e o que pode solucionar esse problema. Com base em uma análise do ambiente informal de catação em contraposição ao trabalho desenvolvido em empreendimentos autogestionários de reciclagem, medidas legislativas e também por políticas públicas voltadas para estes profissionais, pretendemos demonstrar em que medida tais elementos podem atuar no sentido de afastar as crianças e adolescentes desde cenário hostil.*

***Palavras-chave:** Trabalho infantil. Lixões. Políticas Públicas. Empreendimentos autogestionários. ASCANAVI/GV.*

¹Graduando em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado de Governador Valadares.

² Graduanda em Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Avançado de Governador Valadares.

INTRODUÇÃO

O modelo capitalista contemporâneo de produção e consumo, de obsolescência e inovação, tem como consequência o grande volume de resíduos sólidos e o aumento significativo das taxas de desemprego. Tais fatores despertam um debate acerca dos impactos ambientais, bem como das condições sociais daqueles que fazem da reciclagem seu meio de trabalho e sobrevivência: os catadores de material reciclável. Outro debate intrínseco a esta problemática é o papel do modelo de Economia Solidária de Paul Singer, como forma de melhorar as condições de trabalho destes indivíduos enquanto alternativa ao capitalismo predatório.

Esses profissionais encontram várias dificuldades devido à realização de suas profissões, principalmente quando se tem em vista o trabalho individualizado informal, dentre as quais estão: a baixa escolarização, as condições insalubres do trabalho e a periculosidade da catação. Esses dados podem ser exemplificados através dos relatos feitos pelos catadores de material reciclável da ASCANAVI ao se recordarem dos tempos no "lixão" na obra *Reciclando Palavras* (2014), que são uma herança de um passado não muito distante, cuja a existência já deveria ter sido extinta.

Outras dificuldades também podem ser apontadas no campo do mercado informal, onde esses profissionais, base da cadeia de reciclagem, estão sujeitos a uma série de abusos, seja por indústrias que utilizam dessa matéria prima ou pelos atravessadores, também chamados de "gatos". Por esse motivo, a renda média dos catadores gira em torno de R\$ 420,00 a R\$520,00, segundo pesquisa realizada pelo Ipea (2012), valor que estaria em torno de 68% a 84%³ do salário mínimo no ano de 2012, fator este que gera uma dificuldade para a subsistência familiar. Além de estarem sujeitos à exploração dos atravessadores, os catadores que trabalham no lixão encontram-se em um ambiente que estimula a competitividade entre eles, devido à disputa pelos materiais recicláveis disponíveis.

É em virtude dessa série de obstáculos, como a competitividade e a exploração, que acreditamos que haja a existência e persistência do trabalho infantil, principalmente quando temos em vista ambientes de trabalho informais. A partir da pesquisa bibliográfica, podemos perceber que existem vetores econômicos e sociais que impedem que tais crianças e

³ Em pesquisa divulgada pelo G1, em novembro de 2017, cerca de 50% dos brasileiros recebem menos 15% do salário mínimo atualmente. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pnad-2015-mais-da-metade-da-populacao-so-tem-ensino-fundamental-20533885>

adolescentes permaneçam, ou até mesmo frequentem as escolas. Além disso, a renda gerada pelo trabalho infantil é, por vezes, fundamental à subsistência daqueles trabalhadores.

Como forma de diminuir os impactos decorrentes dos abusos e explorações, essa profissão passa a se voltar para empreendimentos solidários e autogestionários, aproximando-se do modelo da Economia Solidária de Singer, que são impulsionados tanto pela legislação vigente quanto por políticas públicas. Mesmo que seja controverso o motivo que impulsiona a organização da ação coletiva, é sólido que esta traz benefícios para os indivíduos que dela aproveitam, como trabalhado por Alcântara (2003). Dessa forma, desde a década de 90, as associações e as cooperativas voltadas para a catação têm obtido papel de destaque no cenário nacional, sendo fortalecidas por medidas legislativas.

A partir do conhecimento desses problemas acerca do trabalho no lixão, nos interessamos em estudar como a organização dos trabalhadores em associação e em cooperativas é benéfico, principalmente, no que tange ao afastamento de crianças desse universo hostil. É partindo dessa ideia que nosso trabalho buscará se voltar para o contexto municipal tendo como foco a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI/GV) e o contraste existente com o transbordo, o qual reproduz o antigo "lixão".

A metodologia a ser utilizada irá se pautar em pesquisas bibliográficas, a partir dos relatórios de pesquisa do Ipea de 2010 e 2012, do Guia de Fechamento dos Lixões do Conselho Nacional do Ministério Público de 2014, de artigos científicos que buscaram analisar, através de pesquisa empírica e comparativa, a situação dos catadores nas diferentes regiões brasileiras, obras que analisam a ação coletiva organizada, empreendimentos autogestionários e solidários, e do livro “Reciclando Palavras”, obra construída pelos próprios catadores da ASCANAVI/GV (2014).

TRABALHO INFANTIL NOS LIXÕES: CENÁRIO NACIONAL

Em 1999, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) denunciava a presença de cerca de 50.000 crianças trabalhando em lixões espalhados pelo país. Desde a alarmante notícia, várias foram as medidas para mudar essa realidade e para extinguir os lixões. Contudo, os lixões ainda estão presentes no cenário nacional, fato confirmado pelo PLS nº 425/2014, aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara. O projeto flexibilizaria os prazos, previstos, inicialmente, no PNRS até 2014, de acordo com o tamanho de cada município, para adequação às necessidades técnicas.

Podemos afirmar que tais ambientes estão propícios à permanência do trabalho infantil, por predominar irregularidades, negligenciadas pelo Poder Público e pela sociedade civil. Em estudo feito no lixão do Distrito Federal, em 2011, atestou-se que a idade média de início desses trabalhos é de 13,8 anos, com desvio padrão de 6,7 anos. Ironicamente, o trabalho nesta idade é amplamente reconhecido pelos catadores como uma violação aos direitos da criança e do adolescente, que, todavia, faz parte de uma perspectiva cultural e das necessidades desse segmento da sociedade.

A referência à cultura diz respeito ao fato de se entender a catação como uma "herança familiar", em que filhos aprendem com seus pais, em um ciclo, na maioria das vezes, permanente. Paixão (2004) identifica em sua pesquisa que a percepção do tempo de duração da infância é diferenciada por parte das catadoras. A infância possuiria uma "duração menor" para essas trabalhadoras, tendo em vista que estas consideram os filhos "mais velhos" os maiores de 7 anos.

A perspectiva da necessidade, por sua vez, manifesta-se de diferentes maneiras. Uma delas, está relacionada, aparentemente, com a ausência ou a escassez de alternativas para auxiliar no cuidado dos filhos pequenos. Essas famílias recorrem ao lixão para não deixarem as crianças sozinhas em casa, que passam a contribuir para o orçamento doméstico. Outra necessidade levantada por Paixão (2004) em seu trabalho, é a própria contribuição para a renda familiar. O autor afirma que 72% das crianças presentes no lixão da capital do Rio de Janeiro complementam a renda familiar.

Diante disso, não é difícil inferir que uma das consequências diretas dessa vivência precoce são os índices de baixa escolarização e sua relação intrínseca com a baixa qualificação. Além disso, partilhar dessas tarefas pode ocasionar a inserção tardia da criança ou adolescente no ambiente escolar, o que pode ser motivo de inadaptação, insucesso e experiências ruins.

Segundo o relatório do Ipea (2010), o índice de analfabetismo no cenário nacional, quando se tem por referência catadoras e catadores, chega a 20%, valor acima da média nacional de 9,4%. Esse fato é considerado uma grande problemática social por conta das limitações que traz no mercado de trabalho, restringindo, em muito, as oportunidades profissionais, fazendo emergir a possibilidade da catação. Embora não tenhamos dados no momento que demonstrem objetivamente a correlação entre estas duas variáveis (acesso à educação formal infantil e trabalho nos lixões) tal relação parece bastante plausível diante da bibliografia disponível e os relatos observados.

As crianças também estão sujeitas aos riscos assumidos pelos catadores de materiais recicláveis nos lixões que abrangem acidentes de trabalho, doenças parasitárias e intoxicações alimentares. Segundo pesquisa realizada por Hoefel et al. (2013), são inúmeras as periculosidades e, apesar de não ser confirmada a presença de crianças no ambiente pesquisado, os riscos parecem ser inerentes ao local, apresentando-se igualmente perigoso para todas as faixas etárias. No ano de 2014, por exemplo, houve uma notícia de que duas crianças, uma de 1 ano e 7 meses e outra de 7 anos, haviam morrido em Pernambuco após consumirem alimentos encontrados no lixão, demonstrando o perigo no qual as pessoas que trabalham nesse ambiente estão sujeitas⁴.

Assim, no intuito de proporcionar uma condição de vida digna às crianças e adolescentes, surgem campanhas, legislações e políticas públicas que dão incentivo às famílias que mantêm seus filhos no ambiente escolar, longe dos riscos do lixão. Aliado a isso, destaca-se também a procura de fontes alternativas e geradoras de renda, pautadas na organização do trabalho, como as cooperativas e associações, que atuam afastando, na maioria das vezes, a atividade da catação da informalidade e melhorando as condições de trabalho.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A primeira campanha de destaque no cenário brasileiro fora realizada em 1999, pela UNICEF, denominada "Criança no Lixo Nunca Mais", que objetivava retirar todas essas crianças do lixo até o ano de 2003. Segundo a Folha de Londrina, nos dois primeiros anos de campanha, o Fundo retirou cerca de 13.000 crianças desse ambiente.

Nos anos seguintes, a preocupação entorno dos danos ambientais causados pelos lixões e a situação de risco das populações formadas em seu entorno ensejaram intensa produção legislativa, algumas relacionadas diretamente com a questão infantil, como o Decreto n° 6.481/08 e o Programa Pró- Catador.

Como é sabido, qualquer forma de trabalho infantil é proibida desde a vigência da Lei n° 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente. Somado a isso, tem-se que o trabalho infantil na catação de materiais para reciclagem é reconhecido no plano internacional como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto n° 6.481/2008, exigindo

⁴ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,duas-criancas-morrem-apos-comer-comida-de-lixao-pernambuco,1535226>. Último acesso 15/10/2017

do Ministério Público atuação mais efetiva na proteção dessas crianças e adolescentes expostas a essa situação.

Em 2010, o Decreto nº 7.045, instituiu o Programa Pró-Catador, que tinha por finalidade integrar e articular as políticas do Governo ao apoio e ao fomento às organizações produtivas de catadores, bem como às melhorias de condições de trabalho, as quais englobam o afastamento das crianças dos lixões.

A escolha por empreendimentos solidários e autogestionários, por parte dos catadores, está intimamente ligada à organização do trabalho. Esta organização traz como benefício a melhoria de renda, das condições de trabalho e o respaldo dos associados e cooperados em medidas legislativas. Assim, a redução de vetores que levam as crianças ao trabalho com os resíduos sólidos como a necessidade de complementar a renda familiar, associado às formalidades exigidas para o exercício do trabalho nas associações e cooperativas, atuam de maneira a afastar as crianças do trabalho infantil. Por ter que atender os pré-requisitos da formalidade do trabalho e possuir leis próprias, como a Política Nacional do Cooperativismo, incluir formas de exploração do trabalho infantil torna-se totalmente inviável.

As políticas públicas têm importante atuação neste cenário. Como exemplo de políticas públicas destinadas ao auxílio destas famílias e ao afastamento do trabalho infantil destes ambientes, demonstrando a importância do aproveitamento do âmbito escolar, temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Reciclagem.

O PETI, além de garantir suporte financeiro para as famílias, incentiva, segundo o Portal de Transparência do Governo Federal, a ampliação do universo de conhecimento das crianças, além de estimular a mudança de hábitos. Ressalva-se o papel das Prefeituras Municipais no suporte, na promoção e na fiscalização do programa. Para se beneficiar com o PETI, o responsável legal do menor deve retirá-lo de qualquer atividade de trabalho ou de exploração, além de garantir que ele tenha frequência mínima de 85% nas atividades de ensino regular e nas ações socioeducativas e de convivência promovidas pelo programa. Todavia, mesmo com vantagens nítidas, o programa não é suficiente para retirar totalmente as crianças do lixo, já que, por vezes, os catadores trabalham em períodos de recesso, férias, ou até mesmo de madrugada.

O Bolsa Reciclagem, por sua vez, é um programa específico do Estado de Minas Gerais, instituído e regulamentado pela Lei nº 19.823, que concede assistência a estes empreendimentos autogestionários como uma forma de incentivar os serviços ambientais

prestados. Também neste programa, é necessário que os filhos dos associados se encontrem devidamente matriculados em instituições de ensino.

ENXERGANDO O PROBLEMA DE PERTO

Trazendo esse quadro para o panorama de Governador Valadares, MG, município com problemas históricos ligados à formação de lixões, temos hoje a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI/GV). Contudo, ainda há na cidade o chamado "Transbordo", que é um depósito de resíduos que atua como fase transitória intermediária entre o recolhimento do lixo e a destinação adequada, para o aterro.

Em setembro de 2001, com o auxílio da Prefeitura Municipal, juntamente com o Grupo Fermento e a Pastoral "Rua de Lá", efetuou o fechamento do último lixão da cidade, dando início a formação da associação, consolidada em fevereiro de 2002. O lixão do Turmalina era o local de trabalho da maioria dos associados da ASCANAVI/GV, que começaram a desenvolver tal atividade ainda criança, como é o caso de Marquistael, o qual iniciou as atividades com apenas 8 anos, por necessidade de complementar a renda da família.

Mesmo com a escassez de trabalhos e pesquisas que sistematizem as informações a respeito das crianças no antigo lixão de Governador Valadares/MG, existem indicativos que nos levam a inferir que a presença infantil na realização da catação era intensa no local. O primeiro deles é o tempo com a experiência de trabalho e a idade, como Maria Conceição, catadora desde os 15 anos. Além disso, no livro organizado pelos catadores, há a menção de uma denúncia, influenciada pela campanha "Criança no Lixo Nunca Mais", feita ao Ministério Público, envolvendo a atividade laboral de 80 menores no lugar. Ao buscar mais sobre o assunto, na 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares encontramos uma Notícia de Fato arquivada envolvendo a presença de crianças no antigo lixão, reafirmando nossa suspeita.

Percebemos que a formalização do trabalho pelo modelo associativista, que 16 anos mais tarde viabilizou o contrato direto da ASCANAVI com a Administração Municipal de Governador Valadares, por si só já compõe uma medida de combate ao trabalho infantil. Isso porque é comum que haja, nesse tipo de contrato, cláusulas que reforcem a ilegalidade do trabalho de crianças, responsabilizando o empreendimento. Essa situação é verificada no item 13.1.9 do contrato municipal vigente (Contrato 137/2016), que institui como obrigação da associação: "Não permitir a participação de terceiros e de menores no quadro de associados".

No entanto, o cenário municipal não se diferencia muito do nacional, porque o alcance das políticas públicas e dos empreendimentos solidários é limitado. Devido à demora frente ao processo licitatório, não há empresa que realize o transporte do lixo depositado no "Transbordo" para o aterro sanitário, formando nesse local, um típico lixão. Em uma ocasião observamos ao deixar o local onde se encontra a ASCANAVI que o chamado transbordo estava sendo ocupado por famílias da tribo indígena Machacalis, incluindo crianças.

Fato curioso é que o "lixão" formado está localizado ao lado da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva, expondo o abismo social entre as duas realidades. Enquanto há pessoas que se beneficiam do trabalho organizado, acompanhado e incentivado pelo poder público, outras se encontram negligenciadas quanto aos seus direitos e apartadas de sua dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, acreditamos pontuar de forma clara como a organização do trabalho a partir de empreendimentos solidários, bem como a atuação positiva do poder público, principalmente na concessão de auxílios e na elaboração de normativas, tem direcionado o ambiente de trabalho dos catadores à formalidade, superando diversos problemas sociais, inclusive o trabalho infantil. Contudo, tais medidas ainda carecem de efetividade, tendo em vista o grande contingente populacional que ainda está sujeita ao trabalho em milhares de lixões do país.

As ações do presente trabalho vêm propondo reflexões acerca da situação das crianças nesses lugares insalubres, que devido à falta de abrangência das políticas públicas e medidas legislativas, ainda se encontra crítica. Diante disso, com o projeto Economia Solidária e Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis em curso, objetivamos sistematizar informações sobre o perfil das famílias em situação de plena miséria no transbordo municipal e qual é a situação das crianças que se encontram no local. A partir desse ponto, buscaremos traçar medidas estratégicas para fomentar a organização destes trabalhadores em empreendimentos solidários, contando com o auxílio do ambiente acadêmico para tanto, valendo-nos da metodologia de *pesquisa-ação*.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. H. C. **Racionalidade, solidariedade e institucionalismo em cooperativas populares**. In.: Sônia Heckert. (Org.). Cooperativas Populares: Reflexões e Perspectivas. Juiz de Fora. Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003, v., p.-.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 06 de junho de 2008. **Decreto N° 6.481**. Brasília, DF.

_____. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Programa Pró-catador**. Brasília, DF.

_____. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF.

FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Crianças e Adolescentes no Universo Do Lixo**. Brasília: Fnpeti, 2005.

HOEFEL, Maria da Graça et al. Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Distrito Federal, v. 16, n. 3, p.764-785, abr. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnósticos Sobre Catadores de Resíduos Sólidos**. Brasília: Ipea, 2012. 65 p.

PAIXAO, Lea Pinheiro. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. *Cad. Pesqui.* v. 35, n. 124, p.141-170, 2005.

PINHEL, Julio Ruffin (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Petrópoles, 2013.

PÚBLICO, Conselho Nacional do Ministério (Ed.). **Guia de atuação ministerial**: encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Brasília: Cnmp, 2014.

SOARES, Ana Paula. **Perfil socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis do lixão de São José da Varginha/Minas Gerais**: e principais mecanismos para implementar políticas públicas para inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2014.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; ALMEIDA, Erika Christina Gomes de; HOLLERBACH, Joana D'arc Germano (Org.). **Reciclando palavras**: a história da associação dos catadores de materiais recicláveis natureza viva - ASCANAVI. Governador Valadares: Parresia Comunicação, 2014.

RECYCLING, PUBLIC POLICIES, AUGESTIONARY ENTERPRISES AND CHILD LABOR

***Abstract:** Child labor in the dumps is foreseen in the Worst Forms of Child Labor list, TIP List. This modality of work persists in these environments due to the problems arising from the informality of individual harvest, such as exploitation, competitiveness and low incomes. We will seek to attest that the child presence on the dumps may lead to a late insertion on the school environment, showing direct relation to low schooling and low qualification of those individuals. A research has become needed with an update of the Solidarity Economy and Selective Collection of Recyclable Material extension project, from which, we perceive in the local scenario, Governador Valadares, MG, the contrast between ASCANAVI / GV and the current “transshipment”, where informal work predominates. Through this research we will try to understand why the modality of child labor is developed in the dumps and what can solve this problem. Based on an analysis of the informal gathering environment as opposed to the work carried out in self-managed recycling projects, legislative measures and also public policies aimed at these professionals, we intend to demonstrate how those elements can depart child and adolescents from this hostile scenario.*

***Keywords:** Child Labor. Dumps. Public policies. Self-managed enterprises. ASCANAVI/GV.*

GÊNERO, ASSOCIATIVISMO E RECICLAGEM: ANÁLISES SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM

SOUZA, Otávio Lopes de¹ – lopesdesouzaotavio@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito
Avenida Dr. Raimundo Monteiro Rezende, 330, Centro
35010177 – Governador Valadares – Minas Gerais – Brasil

ROCHA, Lauriane Carvalho² – laurianicarvalhorocha@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito
Avenida Dr. Raimundo Monteiro Rezende, 330, Centro
35010177 – Governador Valadares – Minas Gerais – Brasil

***Resumo:** Dentro do universo de empreendimentos econômicos solidários (EES), baseados na autogestão e na solidariedade, encontram-se os que são dedicados à reciclagem. Por vezes, esses empreendimentos são criados com a intenção de organizar o trabalho dos catadores e, assim, resgatar a dignidade de condições laborais e ser um meio mais viável para obtenção de renda. O que nos levou a escrever sobre este tema foi a expressiva participação das mulheres nesses EES. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo, a partir da constatação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) de que 70% dos catadores de material reciclável são mulheres, entender os motivos desse protagonismo e investigar em que medida esses EES podem ajudá-las a superar certas condições, direta ou indiretamente ligadas às de gênero. Para tanto, utilizamos metodologicamente de pesquisas bibliográficas em livros, relatórios e artigos já publicados sobre o tema. Além disso, contamos com dados coletados a respeito da história da formação e composição estrutural da ASCANAVI/GV, com a qual temos contato direto por meio do projeto de extensão Economia Solidária e Coletiva Seletiva de Material Reciclável. Como a realidade dessa associação assemelha-se à de muitas outras associações brasileiras, optamos por utilizá-la como uma de nossas principais referências neste texto.*

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares.

Palavras-chave: *Economia Solidária. Gênero. Associativismo. Reciclagem. Ascanavi.*

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) pode ser entendida como uma ação coletiva na qual todos os empreendimentos econômicos têm como princípio a solidarização de capital e a autogestão. Igualmente, é importante destacar que, embora seja frequentemente associada ao cooperativismo, a ES não se restringe apenas a ele, tanto que também compreende outras formas organizacionais, dentre elas, associações, grupos de pequenos produtores, mutirões etc., desde que tenham, por óbvio, práticas de compartilhamento de montantes de recursos disponíveis e administração horizontal entre seus membros (ALCÂNTARA, 2005).

Dentro desse universo, encontram-se associações e cooperativas formadas por catadores de materiais recicláveis. Não raro, são constituídas no intuito de organizar suas atividades, em tentativas de resgatar dignidade de condições laborais e obter renda. Trata-se do que Alcântara (2005, cf. 77) define como buscas de *reencaixes identitários e econômicos*. Para além de conceitos meramente acadêmicos, essa situação pode ser facilmente constatada por meio de comentários como os de Dormira, ex-catadora do antigo lixão de Governador Valadares/MG e, posteriormente, da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI):

A ASCANAVI foi fundada (...) com o objetivo de organizar nosso trabalho, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, resgatando, deste modo, nossa dignidade através do trabalho e da renda. Hoje, estamos aqui na ASCANAVI, temos material para trabalharmos, estamos ganhando um salário digno, mas foi muita luta para chegar até aqui (SOUZA; ALMEIDA; HOLLERBACK, 2014, 27).

Entendemos que a busca por esses *reencaixes* conta com expressiva participação de mulheres no que se refere aos EES de reciclagem, sobretudo se levarmos em consideração que, de acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), existem cerca de 800 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil, sendo 70% de mulheres (MNCR, 2014). Afinal, quais motivos podem nos ajudar a compreender essa realidade? Foi justamente pensando nesse questionamento que nós, sem pretensões de esgotarmos o tema, resolvemos investigar algumas razões que nos ajudassem a entender o protagonismo feminino nos EES de reciclagem, além de tentar identificar em que medida esses empreendimentos influenciam na vida dessas mulheres, tanto na pessoal quanto na profissional. Para tanto, optamos pela

utilização de dados secundários, com destino à investigação bibliográfica já disponível sobre o tema. Além disso, contamos com dados coletados a respeito da história da formação e composição estrutural da ASCANAVI/GV, com a qual nós temos contato em razão das atividades do projeto de extensão Economia Solidária e Coletiva Seletiva de Material Reciclável, desenvolvidas por meio de parcerias institucionais entre a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), ambos do município de Governador Valadares/MG.

2 PROTAGONISMO FEMININO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE RECICLAGEM NO CENÁRIO NACIONAL

Sabendo da dificuldade que é estabelecer demograficamente a quantidade de catadores em empreendimentos econômicos solidários (EES), entendemos que haja possíveis divergências quantitativas entre os dados apresentados pelos mais variados tipos de pesquisadores, dentre eles, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nossas principais fontes.

Considera o IPEA (2013) que, dos 400 mil catadores de materiais recicláveis identificados, apenas pouco mais de 31,1% são mulheres. A pesquisa desse Instituto estruturou-se a partir da realização de autodeclarações de pessoas por domicílio analisado. Já para o MNCR (2014), entretanto, o número total desses catadores gira em torno de 800 mil, sendo 70% de mulheres. É importante deixar claro que esses dados do MNCR dizem respeito apenas aos que trabalham de modo coletivo, isto é, sem considerar aqueles que realizam suas atividades de reciclagem individualmente.

Não obstante, o próprio IPEA (2013, 48) reconhece que “O fato de muitas mulheres exercerem outras atividades, como o cuidado do lar e da família, e entenderem que a coleta de resíduos seja uma mera atividade complementar”, pode ter mascarado uma realidade maior e mais complexa. Em outras palavras, as mulheres normalmente não identificam a reciclagem como atividade principal, mas sim como complemento de renda. Conseqüentemente, isso pode ter contribuído para justificar o baixo número percentual de mulheres que se autodeclararam como catadoras durante o desenvolvimento da pesquisa desse Instituto.

O MNCR (2014) também faz uma série de críticas à pesquisa do IPEA (2013), dentre elas, ressalta-se a que diz respeito ao fato de que os catadores que vivem em situação de rua não foram identificados pelo IBGE, levando-se em consideração que o CENSO, por quantificar as

pessoas por domicílio, não considera em seus dados os trabalhadores sem teto ou de áreas irregulares.

Dito isso, é possível estabelecer que o IPEA desenvolveu uma pesquisa desconsiderando processos de *feminilização* (cf. YANNOULAS, 2011, 283) ocorridos dentro de EES de reciclagem, muito em razão dos seus problemas apresentados anteriormente. Por conseguinte, entendemos que os dados do MNCR, ainda que tenham tido os mesmos propósitos e importância que os do IPEA, são mais fiéis à realidade da grande maioria dos EES brasileiros, graças à metodologia escolhida para realização da sua pesquisa, tornando-se, aqueles resultados, mais úteis à progressão do nosso estudo.

3 PROTAGONISMO FEMININO NO CENÁRIO LOCAL DA ASCANAVI/GV

A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI) foi fundada no ano de 2002. De acordo com Souza, Almeida e Hollerback (2014), no período de sua formação, estruturou-se em função do apoio e incentivo do Grupo Fermento, da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Atualmente, localiza-se na Av. Rio Bahia, KM 415, S/N, Anexo Aterro Sanitário, no Bairro Turmalina, na cidade de Governador Valadares/MG.

O primeiro contato com o modo coletivo de organização representou diversos desafios para o grupo. Nesse processo, contou-se com grande participação efetiva de mulheres, representando cerca de 80% da percentagem total de associados (SOUZA; ALMEIDA; HOLLERBACK, 2014). Elas tinham, conforme Souza e Fonseca (2013), maior engajamento na defesa da associação e organização do trabalho coletivo. Conseqüentemente, essa realidade reflete-se no fato de sempre terem estado em maior número tanto nos cargos de coordenação e de representação, quanto nos das comissões responsáveis pela organização direta da associação (SOUZA; ALMEIDA; HOLLERBACK, 2014).

Na lista de membro cedida pela ASCANAVI/GV para controle de presença dos catadores nas atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Economia Solidária e Coleta Seletiva de Material Reciclável, constam 56 nomes de associados. Segundo Santana *et al.* (2017), aproximadamente 65% deles possuem entre 50 e 60 anos, além do baixo nível de escolaridade, pois mais da metade não completou nem mesmo a primeira fase do ensino fundamental. Ademais, identificamos que, dentre o número total de associados, cerca de 70% são mulheres.

Vale ressaltar, no entanto, que os números que especificam quantidade e porcentagem são variáveis, na medida em que a entrada e saída dos catadores da associação podem acontecer com certa frequência. Mesmo assim, é possível estabelecer que o protagonismo feminino sempre fez parte da ASCANAVI/GV, sendo estruturado a partir da composição de mulheres entre 50 e 60 anos com baixo grau de escolarização (SANTANA *et al.*, 2017).

4 POR QUE AS MULHERES SE ASSOCIAM?

Quando recuperamos os conceitos de *socializações primária e secundária* na obra de Berger e Luckmann (2014), conseguimos perceber que esses autores entendem ser comum que as sociedades promovam, durante a socialização primária, distintos reconhecimentos sociais de crescimento dos indivíduos, assim como a presença de diferenciações biológicas entre meninos e meninas. Já com relação à secundária, por sua vez, eles estabelecem que *uma* de suas dimensões consiste justamente no fato de ela poder ser entendida como um processo em que se internaliza conhecimentos específicos de determinadas funções, geralmente relacionadas às origens da divisão do trabalho. Assim sendo, uma implicação prática disso pode ser o fato de as mulheres serem preparadas desde a mais tenra idade para serem mães e/ou donas de casa, momento em que as referidas funções começam a ser naturalmente impostas a elas, que passam a entendê-las como suas atividades futuras. Esse início de *rotinização* consolida-se posteriormente na vida de mulheres quando necessitam de realizar duplas ou triplas jornadas, e nem sempre conseguem conciliá-las, em virtude do rígido modelo de exigência do mercado tradicional de trabalho. Talvez esse seja um dos fatores que fazem com que elas sejam mais expostas à pobreza e à exclusão nesse setor.

Segundo o IBGE (2015), as mulheres estão assumindo cada vez mais a chefia de seus lares e, por isso, tendo maior necessidade de prover renda para suprir financeiramente tanto as suas quanto as demandas de seus dependentes. Em contrapartida, o mesmo estudo aponta que as mais jovens são as primeiras a sentirem os efeitos do desemprego em contexto de crise econômica, representando o segundo grupo populacional com maior taxa de desocupação. Por conseguinte, podemos relacionar a dificuldade em conseguir um emprego que as permita conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, a questão da baixa escolaridade e a necessidade de provar renda com o fato de elas estarem mais sujeitas à informalidade e às más condições de trabalho (OIT, 2012).

Desse modo, os EES de reciclagem podem significar, para muitas delas, meios alternativos para saírem da informalidade e, com isso, melhorarem a qualidade de vida, tendo em vista que, usualmente, esses EES, além de não exigirem dos seus catadores alto grau de escolaridade, ainda permitem a eles relações mais democráticas quanto às suas cargas horárias, diferentemente do mercado capitalista propriamente dito.

É nesse sentido que converge a história da ASCANAVI/GV. Segundo Souza, Almeida e Hollerback (2014), antes mesmo de se auto-organizarem, as mulheres – em sua maioria analfabetas ou semianalfabetas, como demonstrado anteriormente – exerciam atividades socialmente consideradas femininas, quais sejam, donas de casa, empregadas domésticas, babás, criadoras de animais etc. Na medida em que foram perdendo seus empregos, passaram a não conseguir sustentar integralmente suas famílias e, em vista disso, começaram a se dedicar à atividade de catação no antigo lixão de Governador Valadares/MG. Essa atividade informal era definida pelos próprios catadores do local como desumana. Ademais, como as mães precisavam cuidar dos filhos e não tinham com quem deixá-los, carregavam consigo as crianças e adolescentes, que também permaneciam naquele ambiente. Os próprios catadores estimam que havia, nesse período, cerca de 80 crianças no lixão (SOUZA; ALMEIDA; HOLLERBACK, 2014).

Dessa forma, a criação da ASCANAVI/GV forneceu às catadoras possibilidades de melhorarem, dentre outras coisas, suas respectivas condições de trabalho e quantidade de retiradas mensais. Falas como as de Dormira, explicitada no início deste texto, ajuda-nos a confirmar esse progresso (SOUZA; ALMEIDA; HOLLERBACK, 2014).

Igualmente, é preciso levar em consideração a potencialização dos meios de desenvolvimento dos aspectos subjetivos oportunizados pelo associativismo em geral, com relação às mulheres. De acordo com Neves e Costa (2008, 39), devido à sua forma de organização, baseada na administração horizontal do empreendimento, “participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social”, há uma conseqüente democracia nesses EES, onde as mulheres encontram alternativas para aumentarem sua autonomia e autoestima, bem como para ascenderem seu nível de reconhecimento social.

Por último, destacamos que Souza, Almeida e Hollerback (2014) nos mostram que o projeto de Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA), desenvolvido na ASCANAVI/GV, sempre foi mais frequentado por mulheres do que por homens e, por esse motivo, acabou se tornando um espaço de valorização e inclusão social das catadoras em Governador Valadares/MG. Por meio da realização de palestras, seminários e atividades formativas, o EPJA contribuiu

significativamente para a qualificação dessas mulheres que, até então, não tinham tido acesso à educação, ajudando a melhorar a situação das catadoras nessa área.

É nesse mesmo sentido que as oficinas e cursos temáticos realizados pelo projeto de extensão Economia Solidária e Coletiva Seletiva de Material Reciclável estão seguindo. Até o fechamento deste texto, por exemplo, foram realizadas 3 oficinas e 2 cursos temáticos na sede daquela associação, sendo que em todos eles mais de 80% dos presentes foram mulheres. A justificativa, segundo a coordenadora da ASCANAVI/GV, Raquel Rodrigues da Silva, é que a maior parte dos homens sai para fazer a coleta nas ruas, enquanto as mulheres ficam, em maior quantidade, na associação, permitindo que estejam mais frequentes nas atividades propostas.

De qualquer forma, acreditamos que, justamente por elas estarem mais presentes, projetos como esses, quando realizados dentro de EES de reciclagem, podem contribuir para que se inicie um processo de maior conhecimento e consequente revisão de uma série de questões, como as de gênero, frequentemente pré-estabelecidas desde as etapas de socialização primária. Sendo assim, esses ambientes podem se tornar potenciais espaços para conscientização e mobilização em prol da melhora da condição de mulheres e de catadoras de materiais recicláveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto logo no início deste texto, nosso objetivo neste trabalho foi o de identificar possíveis fatores que pudessem nos ajudar a compreender a quantidade de mulheres presentes em EES de reciclagem. A fim de quantificar esse universo, trouxemos dados do MNCR e IPEA, dando preferências metodológicas ao primeiro, já que, conforme constatamos, eles tendem a ser mais fiéis à realidade dos EES em questão.

Em seguida, comentamos sobre as questões históricas e atuais acerca da questão do protagonismo feminino na ASCANAVI/GV. Destacamos, também, que essa associação representa um dos principais pontos de atuação do nosso projeto de extensão Economia Solidária e Coleta Seletiva de Material Reciclável, contando com oficinas e cursos temáticos desenvolvidos a partir de parcerias com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do município de Governador Valadares/MG, quais sejam, UFJF e IFMG.

Ademais, demonstramos algumas das razões que levam ao destaque feminino nos EES de reciclagem. Dentre elas, destacam-se a exclusão do mercado formal de trabalho e a consequente inclusão no trabalho informal em ambientes precários, devido a fatores como dificuldade de conciliar trabalho reprodutivo e produtivo, idade avançada e baixa escolaridade.

Não obstante, é importante não negligenciarmos a afirmação de Santana *et al.* (2017) no que diz respeito ao fato de que alguns associados da ASCANAVI/GV – e provavelmente de muitas outras associações do país – permanecem insatisfeitos com certas condições internas de trabalho. Ainda há relatos de problemas referentes à infraestrutura da separação dos materiais e o local de armazenamento dos resíduos coletados.

Em suma, concluímos que o protagonismo feminino em EES de reciclagem também precisa ser fortalecido internamente, levando-se em consideração que muitos deles foram procurados por mulheres no intuito melhorarem sua qualidade de vida. Consequentemente, o ambiente associativista não deve se tornar análogo ao do sistema capitalista, normalmente estruturado a partir de competição econômica, hierarquia e distribuição desigual dos lucros entre seus membros. Trata-se de uma importante ressalva na medida em que Singer (2002), um pouco às avessas, explica-nos que o que desperta o entusiasmo na ES é justamente o fato de ela conseguir resgatar *a dignidade humana, o autorrespeito e a cidadania* dessas mulheres, como forma de alcançarem a *libertação* pessoal, social e econômica por meio da solidariedade, o que não é comum de acontecer, se é que acontece, no modelo capitalista tradicional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 240 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 35).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. São Paulo: MNCR, 2014. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

NEVES, Magda de Almeida; COSTA, Bianca A. Lima. Relações de gênero: informalidade e experiências de economia solidária. In: ÁVILA, Maria Betânia, et al. (Org.). **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: SOS Corpo, 2008.

OIT BRASIL. **OIT anuncia estudo sem precedentes sobre a igualdade de gênero e trabalho na América Latina e Caribe.** 2012. Disponível em:
<<http://www.oitbrasil.org.br/node/879>> Acesso em: 14 nov 2017.

SANTANA, Hernani Ciro; et al. Estudo de caso na ASCANAVI em Governador Valadares/MG: a rotina de trabalho de catadores de materiais recicláveis. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 14., 2017, Poços de Caldas. **Anais ...** Poços de Caldas. 2017.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; ALMEIDA, Erika Christina Gomes de; HOLLERBACK, Joana D'arc Germano (Org.). **Reciclando palavras:** a história da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva - ASCANAVI, narrada por catadoras e catadores. Governador Valadares: Parresia Comunicações, 2014. 63 p.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Práticas de numeramento e relações de gênero:** tensões e desigualdades nas atividades laborais de alunas e alunos da EJA. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 921-1063, out/dez. 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Feminização ou feminilização?** Apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

GÉNERO, ASOCIATIVIDAD Y RECICLAJE: ANÁLISIS SOBRE EL LIDERAZGO FEMENINO EN EMPRENDIMIENTOS ECONÓMICOS SOLIDARIOS DE RECICLAJE

Resumen: *Dentro del universo de los emprendimientos económicos solidarios (EES), basados en la autogestión y la solidaridad, están los dedicados al reciclaje. A veces estos emprendimientos se crean con la intención de organizar el trabajo de los carroñeros y así rescatar la dignidad de las condiciones de trabajo y ser un medio más viable para obtener ingresos. Lo que nos llevó a escribir sobre el tema fue la participación expresiva de las mujeres en estos EES. Así, el presente trabajo pretende, desde la realización del Movimiento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que 70% de los coleccionistas de material reciclable son mujeres, para entender las razones de este papel e investigar hasta qué punto estos EES pueden ayudarles a superar determinadas condiciones vinculadas directa o*

indirectamente a las cuestiones de género. Por esta razón, utilizamos metodológicamente la investigación bibliográfica en libros, reportajes y artículos ya publicados sobre el tema. Además, se han recopilado datos sobre la historia de la formación y composición estructural de ASCANAVI/GV, con los que tenemos contacto directo a través del proyecto de extensión Economía Solidária e Coleta Seletiva de Material Reciclável. Como la realidad de esta asociación se asemeja a la de muchas otras asociaciones brasileñas, elegimos usarla como una de nuestras principales referencias en este texto.

Palabras clave: *Economía Solidaria. Género. Asociativismo. Reciclaje. Ascanavi.*
